



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

JAKSON DE JESUS DOS SANTOS LIMA

**INFÂNCIAS NEGRAS E LUGAR NO ESPAÇO URBANO  
DA CIDADE DELMIRO GOUVEIA - AL**

DELMIRO GOUVEIA/AL  
2024

JAKSON DE JESUS DOS SANTOS LIMA

**INFÂNCIAS NEGRAS E LUGAR NO ESPAÇO URBANO  
DA CIDADE DELMIRO GOUVEIA - AL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Alagoas, campus do sertão – Delmiro Gouveia, para obtenção do título de licenciado, orientado pela profa. Dra. Suzana Santos Libardi e co-orientado pelo Prof. Dr. Leônidas de Santana Marques.

DELMIRO GOUVEIA/AL  
2024

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca do Campus Sertão**  
**Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

L732i Lima, Jakson de Jesus dos Santos  
Infâncias negras e lugar no espaço urbano da cidade Delmiro  
Gouveia - AL / Jakson de Jesus dos Santos Lima. - 2024.  
70 f. : il.

Orientação: Suzana Santos Libardi.  
Coorientação: Leônidas de Santana Marques.  
Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal  
de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2024.

1. Geografia urbana. 2. Geografia da infância. 3. Espaço ur-  
bano. 4. Criança negra. 5. Comunidade periférica. 6. Delmiro  
Gouveia – Alagoas. I. Libardi, Suzana Santos, orient. II. Mar-  
ques, Leônidas de Santana, coorient. III. Título.

CDU: 911.3

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**JAKSON DE JESUS DOS SANTOS LIMA**

INFÂNCIAS NEGRAS E LUGAR NO ESPAÇO URBANO  
DA CIDADE DELMIRO GOUVEIA - AL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Alagoas como  
requisito à obtenção do grau de Licenciatura  
em Geografia.

Aprovado em 06 de setembro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 **SUZANA SANTOS LIBARDI**  
Data: 06/09/2024 13:40:19-0300  
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Profª. Dra. Suzana Santos Libardi - Orientadora

Documento assinado digitalmente  
 **LEONIDAS DE SANTANA MARQUES**  
Data: 10/09/2024 10:37:39-0300  
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Prof. Dr. Leônidas de Santana Marques - Coorientador

Documento assinado digitalmente  
 **GUSTAVO MANGEL DA SILVA GOMES**  
Data: 09/09/2024 21:51:30-0300  
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Prof. Dr. Gustavo Manoel da Silva Gomes - Avaliador interno

Documento assinado digitalmente  
 **MARIA ESTER FERREIRA DA SILVA VIEGAS**  
Data: 10/09/2024 11:35:06-0300  
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Profª. Dra. Maria Ester Ferreira da Silva Viegas - Avaliadora externa

Dedico esse trabalho a todas as crianças negras, cuja força e resiliência iluminam o caminho da transformação social. Que este trabalho honre suas vozes, seus lugares e suas histórias, reafirmando seu papel como sujeitos plenos de direitos e dignidade. Que a construção de um futuro mais justo e igualitário comece com a valorização e o reconhecimento de cada um de vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Universidade Federal de Alagoas - Campus do Sertão, que foi mais que um lugar de formação profissional, foi uma dimensão de construção pessoal e social, que abriu e oportunizou meu crescimento.

Agradeço a todos os meus professores, em nome do professor Leônidas de Santana Marques, que passaram por minha vida, onde muito contribuíram para o meu eu professor de Geografia.

Agradeço ao Abí Axé Egbé, em nome do diretor Gustavo Manoel da Silva Gomes, grupo que me encontrei e pela primeira vez tive o sentimento de pertencimento. O aquilombamento que ele proporcionou me fez encontrar o homem negro que hoje sou.

Agradeço ao Grupo de Leituras e Estudos para as Infâncias (GLEI), em nome da coordenadora Suzana Santos Libardi, que me acolheu e apresentou novas percepções sobre as infâncias, reconhecendo, inclusive, a minha.

Agradeço a minha família, em nome da minha mãe Maria Sandra de Jesus dos Santos, minha base e fonte de incentivo para continuar procurando ser cada vez melhor, para mim e para a sociedade.

Agradeço aos meus amigos pessoais, em nome de Tiego Ribeiro Gomes, principalmente aos que estão comigo sempre e compartilham comigo grandes momentos inesquecíveis. E em nome dos amigos que coletei durante a graduação, agradeço em nome de Frankli Araujo Santos, ao qual dividimos medos e aprendizados, chegando ao fim desse período de nossas vidas juntos.

Contudo, a priori, agradeço a Olorum pelo dom da vida, a Orixá Oxaguian por ser meu guia, meu pai, meu senhor, que me faz todo dia um vencedor e ao malandro Zé do Beco, senhor dos meus caminhos e minha proteção.

**Quando as Crianças Brincam**

*“Quando as crianças brincam  
E eu ouço brincar,  
Qualquer coisa em minha alma  
Começa a se alegrar*

*E toda aquelas infâncias  
Que não tive me vem,  
Numa onda de alegria  
Que não foi de ninguém.*

*Se quem fui é enigma,  
E quem serei visão,  
Quem sou ao menos sinto  
Insto no coração.”  
(Fernando Pessoa)*

## RESUMO

### INFÂNCIAS NEGRAS E LUGAR NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DELMIRO GOUVEIA - AL

Este trabalho de conclusão de curso registra uma pesquisa de campo cujo objetivo geral foi conhecer a relação entre crianças negras e lugar no contexto do espaço urbano da cidade Delmiro Gouveia (AL). O que nos leva a problematizar: De que forma as crianças como sujeitos sociais, se relacionam com o espaço urbano? Quais limitações e potências elas têm nessa relação? Em busca de contemplar tal objetivo e perguntas, adotamos a pesquisa e observação participantes, que nos permitiu observar em interação com as crianças participantes e construir uma relação de convívio e troca. Escolhemos duas comunidades periféricas onde efetivamente as crianças negras estão mais presentes no espaço público. Tratam-se da comunidade do Bairro Ponto Chic e do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro, localizado no Bairro Eldorado. No texto abordamos os conceitos de Lugar e de Racismo Estrutural para dialogar com o campo da Geografia da Infância e analisarmos o contexto contemporâneo das crianças negras periféricas na cidade Delmiro Gouveia (AL).

Palavras-chave: Crianças; Crianças Negras; Geografia da Infância; Lugar.

## **ABSTRACT**

### **BLACK CHILDHOODS AND PLACE IN URBAN SPACE OF THE CITY OF DELMIRO GOUVEIA - AL**

This final course work records a field research which general objective was to understand the relationship between black children and place in the context of the urban space of the city of Delmiro Gouveia (AL). This leads us to question: How do children, as social subjects, relate to the urban space? What limitations and strengths do they have in this relationship? In order to contemplate the objective and questions, we adopted participant research and observation, which allowed us to observe in interaction with the participating children and to build a relationship of coexistence and exchange. We chose two peripheral communities where black children are effectively more present in public space. These are the community of the Ponto Chic neighborhood and the Sônia Monteiro Housing Complex, located in the Eldorado neighborhood. In the text, we address the concepts of Place and Structural Racism to dialogue with the field of Childhood Geography and analyse the contemporary context of black children on the outskirts of the city of Delmiro Gouveia (AL).

Keywords: Children; Black Children; Childhood Geography; Place

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2 GEOGRAFIA COMO CIÊNCIA, INFÂNCIA COMO ESTUDO</b>	<b>15</b>
2.1 O Lugar e o Espaço Geográfico	18
<b>3 INTERSEÇÃO ENTRE INFÂNCIA, RAÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>26</b>
3.1 Infância Negra Sertaneja	31
3.2 Políticas Públicas Para Infâncias Delmirenses	39
<b>4 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA: O LUGAR E A CIDADE</b>	<b>46</b>
4.1 A Cidade Delmiro Gouveia	47
4.2 Observando O Cotidiano	48
<b>5 AS INFÂNCIAS NEGRAS E O LUGAR</b>	<b>52</b>
5.1 Os Bairros	52
5.2 As brincadeiras	54
5.3 O Uso dos Espaços e Lugares	57
5.4 Os Corpos Infanto-juvenis	59
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>65</b>
<b>7 REFERÊNCIAS</b>	<b>69</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Primeiramente gostaríamos de expressar qual o sujeito é produtor deste trabalho, pois entendemos ser importante para concepção desta mesma pesquisa o seu posicionamento enquanto resultado da experiência de um estudante negro cotista na academia. Uma instituição de nível superior de formação individual e coletiva, atravessada por estruturas racistas e classistas que fazem parte do cenário de condições epistêmicas, sociais, éticas e políticas de produção desse estudo. Nesse sentido, a universidade ainda é um símbolo de oportunidade, ascensão social, mesmo com suas limitações estruturais racistas e, portanto, historicamente excludente com os povos negros.

Ser parte do seu corpo discente nos fez perceber as múltiplas portas e perspectivas que se abrem com ela para o jovem negro sertanejo autor desse trabalho. No Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) não é diferente. Alguns espaços de formação científica, cultural e docente foram acessos importantes para a concepção desta pesquisa. Neste contexto, a escolha por analisar infâncias negras e lugar no espaço urbano em Delmiro Gouveia (AL) está ligada ao compromisso ético, político e científico de um graduando, negro, cotista e sertanejo envolvido com sua educação, participando de diversos lugares formativos que a universidade pode oportunizar para ele e comprometido com as questões étnico-raciais, com a denúncia do racismo, bem como as diversas formas de combate cotidiano, contribuindo para a luta antirracista de diversas maneiras.

Então, o tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) surge do diálogo formativo entre o Abí Axé Egbé, grupo de cultura negra e também equipamento cultural da UFAL, que aborda temáticas étnico-raciais a partir das atividades produzidas por meio da arte, ensino, pesquisa e extensão e o Grupo de Leituras em Estudos da Infâncias (GLEI), subgrupo do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Educação e Diversidade do Sertão Alagoano (NUDES). Esses grupos de estudo, pesquisa e extensão nos provocaram a estudar a atuação das crianças negras como sujeitos sociais e sua interação com o espaço urbano, trazendo ao longo da discussão

dados e conceitos geográficos importantes até identificarmos os lugares onde essas infâncias negras estão e como as mesmas se relacionam com o lugar onde estão inseridas.

Consideramos como nosso objetivo geral estudar a relação de crianças negras com o espaço urbano deste município. O que nos leva a problematizar: De que forma as crianças como sujeitos sociais, se relacionam com o espaço urbano? Quais limitações e potências elas têm nessa relação?

Para abordar tal objetivo e problemática escolhemos como metodologia a observação participante, segundo Turra Neto (2004)

[...] uma metodologia, na qual o pesquisador se coloca no campo como uma antena de rádio, captando de forma sensível os elementos que interessam para sua proposta, interagindo com o grupo, vivendo com ele, influenciando e sendo influenciado. Uma relação humana, na qual a empatia é importante, mas o confronto, quando exigido, também o é, já que se torna o pressuposto para relações baseadas na autenticidade pessoal e não na representação de papéis (Turra Neto, 2004, p.42-3).

Este é um método que tem origem na etnografia, e configura seu trabalho de campo através de um processo de observação, conforme Turra Neto (2004), treinada para captar de forma sensível os dados importantes para nossa pesquisa. Permite uma interação com o grupo pesquisado e a construção de uma relação de convívio e troca. Esses aspectos são muito importantes para este estudo, pois na procura pelas crianças negras na urbe delmirense nos deparamos com um primeiro dado: elas se encontravam principalmente em bairros mais afastados do centro do município e estavam associadas a espaços tanto coletivos como privados. Esse aspecto traz a necessidade dessa observação sensível e relação de convívio, mesmo que esporádico, com os espaços privados habitados pelas infâncias negras e os outros espaços coletivos ressignificados por elas.

Para gestar a escrita dessa pesquisa, optamos por estruturar alguns capítulos descritos a seguir: o segundo capítulo, intitulado *Geografia como Ciência, Infância como Estudo*, evocamos Lopes (2008) como um importante referencial teórico para tratar sobre as geografias das infâncias, essa é uma área do campo geográfico pouco

abordado se configura num campo interdisciplinar que busca entender a relação entre as crianças e o espaço ao seu redor. Ele reconhece as crianças como atores sociais com pontos de vista únicos e importantes sobre o ambiente em que vivem e se relacionam (Lopes, 2008). Através dessa abordagem, os geógrafos da infância investigam como as crianças experimentam, percebem e interagem com o mundo à sua volta, bem como como os ambientes físicos e sociais afetam o desenvolvimento infantil. A geografia da infância é uma área de estudo que busca compreender as interações entre crianças e o ambiente em que vivem, considerando suas perspectivas, experiências e relações com o espaço geográfico. Adotamos também o conceito de lugar (Carlos, 2007; Carlos, 2024), por meio deste, podemos assim compreender como acontece o processo de significação do lugar, como ele é socialmente construído, moldado e modificado e qual o papel ou a importância das crianças na construção deste. entendemos por meio desses autores que, o lugar tem um papel significativo para o desenvolvimento dos infantes, na medida em que, mesmo com grandes limitações as crianças também sejam sujeitos importantes para os lugares.

No capítulo denominado *Interseções entre Infância, Raça e Políticas Públicas*, fazemos uma interseção sobre infância, raça e políticas públicas. Apresentamos o significado de infância, como esse termo foi construído ao longo da história, como as crianças passaram a ser sujeitos com direitos/deveres e foram reconhecidos a partir do seu grau de importância na sociedade. A raça e o racismo são conceitos adotados a partir das reflexões e sínteses de Silvio Almeida (2020). Aqui entendemos a atuação da estrutura hegemônica e eurocêntrica do racismo que exclui as crianças negras da espacialidade não as reconhecendo como membros das sociedades e, portanto, sujeitos de direito que vivem e demandam sobre o lugar. Nesse cenário analisamos o conceito de política pública e quais dessas políticas são voltadas para as crianças no município de Delmiro Gouveia (AL). De modo, estudamos a realidade local e entendemos como a cidade em questão concebe e se relaciona com as infâncias negras e as acolhe nos espaços públicos da cidade.

No capítulo intitulado "*Contextualizando a Pesquisa: o lugar e a cidade*", apontamos as técnicas utilizadas no trabalho de campo, para construir os resultados da pesquisa. Ouvimos e observamos os moradores das comunidades selecionadas,

de modo especial as crianças negras, em seus espaços conhecidos, com atenção e empatia.

*As Infâncias Negras e o Lugar* é o título do último capítulo, onde apresentamos os resultados a partir da observação de crianças negras nas duas comunidades selecionadas, que se localizam nos extremos da cidade. Tratam-se da comunidade do Bairro Ponto Chic e do Conjunto Habitacional Sônia Monteiro localizado no Bairro Eldorado. Comunidades periféricas, clivadas por diversas disputas, problemas estruturais múltiplos e pela presença abundante de crianças negras contextualizadas nesses lugares. As considerações finais entendemos que, apesar do projeto racial higienista e epistemicida, as infantes negras ainda têm resistido e sobrevivido. Diante de suas limitações de atuação, contribuem em certa medida na construção e apropriação desses lugares, gestando seus significados às suas espacialidades.

## 2. GEOGRAFIA COMO CIÊNCIA, INFÂNCIA COMO ESTUDO

### *O Direito das Crianças*

*“Toda criança no mundo  
Deve ser bem protegida  
Contra os rigores do tempo  
Contra os rigores da vida.*

*Criança tem que ter nome  
Criança tem que ter lar  
Ter saúde e não ter fome  
Ter segurança e estudar.*

*Não é questão de querer  
Nem questão de concordar  
Os direitos das crianças  
Todos têm de respeitar.”*

*Ruth Rocha*

Este trabalho situa-se no campo interdisciplinar de Estudos da Infância, que ao longo das últimas décadas vem se construindo no Brasil e recebendo contribuições de diversas áreas de pesquisas sendo difundidas em encontros, cursos e produções acadêmicas como artigos, monografias e livros.

Nas ciências geográficas, ainda é pouco abordada essa temática. Lopes e Costa (2017) enfatiza que:

As contribuições da Geografia para esse campo são bem mais recentes, mas vêm sendo cada vez mais presentes nas pesquisas como um importante referencial, especialmente pelos trabalhos da Geografia da Infância, quer no Brasil, como em outros países e centros acadêmicos (Lopes; Costa, 2017, p.103).

Assim, o campo da Geografia, juntamente com as demais áreas que compõem os Estudos da Infância, tende a contribuir com a visualização, no espaço geográfico, da importante dimensão para a compreensão das crianças e suas infâncias.

O campo de Estudos da Infância veio se constituindo, no Brasil,

nas últimas décadas, pela contribuição de diferentes áreas de pesquisa, tais como a Sociologia, Psicologia, História, Filosofia, Pedagogia, entre outros, fomentado pelas mudanças de paradigmas que trouxeram um novo olhar para as crianças, novos locais para elas nas investigações e na vida em sociedade. A consolidação desse campo passa pela implementação de periódicos, publicação de livros, sistematização de grande número de artigos, cursos de pós-graduação, pesquisas e encontros que têm, como ponto de convergência, o interesse pelas crianças e suas infâncias, sob essas diferentes perspectivas (Lopes; Costa, 2017, p.103).

Destaco assim, a importância que a Geografia tem para a contribuição nos estudos das infâncias, de modo que “a geografia é a ciência do território, e o território é o melhor instrumento de observação do que está acontecendo no Brasil. Ela expõe a diversidade regional, as desigualdades espaciais e a heterogeneidade da população” (ANJOS, 1999, p.176). Nesse sentido, podemos assim compreender as vivências das crianças no espaço e entender suas infâncias.

Lopes (2013) enfatiza que o espaço não é apenas um cenário passivo, mas sim um elemento que influencia e é influenciado pelas interações das crianças. Ressalta ainda a importância do ambiente geográfico na vivência e no desenvolvimento das crianças. Essa abordagem é valiosa, pois amplia nossa compreensão sobre como elas experienciam, percebem e constroem identidades em relação ao espaço em que vivem.

O sentido de infância é atravessado, dessa forma, pelas dimensões do espaço e do tempo que, ao se agregarem com o grupo social, produzem diferentes arranjos culturais e diferentes traços simbólicos. As crianças ao se apropriarem dessas dimensões, as reconfiguram, as reconstróem, e ao se criarem, criam suas diferentes histórias e geografias. (Lopes, 2008, p.67).

A partir disso, se tivermos o entendimento de que a infância é uma construção social, como aponta Lopes (2008), o espaço é um fator determinante na formação das infâncias, sobretudo no Brasil, de tal maneira que as espacialidades também são formadas sob perspectivas econômicas, sociais e culturais.

Dessa forma, se a infância é uma construção social, uma concepção sistematizada em diferentes sociedades, ela apresenta uma dimensão que é plural, pois não me é possível falar em uma única infância, mas

na pluralidade de sociedades que cobrem a superfície terrestre; existe uma pluralidade de infâncias que se configuram. Localizar, mapear, descrever e interpretar essas infâncias são também pontos pertinentes aos estudos da Geografia (Lopes, 2013, p.290-291)

Diante disso, torna-se crucial analisarmos os espaços públicos e como eles acolhem as crianças (e se acolhem), pois, em sua maioria, as cidades são projetadas para atender as necessidades de adultos, sem ouvir e entender como é o sentir das crianças nos lugares. No entanto, as crianças têm uma percepção diferente dos espaços, valorizando lugares que fazem parte do ato de explorar como praças, parques, e até mesmo ruas e áreas abertas onde podem brincar e esquadrihar, onde pode interagir consigo mesmo e com seus pares. Interações essas que, não apenas promovem seu desenvolvimento cognitivo e a sociabilidade, mas também influenciam sua percepção de mundo e sua relação com a natureza e o meio ambiente.

É importante ressaltar também que, assim como expõe Lopes (2008; 2013; 2017; 2018) em suas obras, as crianças têm a capacidade de reconstruir lugares de maneira única, atribuindo-lhes significados e emoções singulares. Eles não apenas experimentam os lugares de forma diferente dos adultos, mas também são interessantes para a construção das memórias e narrativas que os lugares carregam. Essa perspectiva revela a importância de considerar as vivências das crianças ao mapear e compreender os espaços.

A infância, portanto, se dá num amplo espaço de negociação que implica a produção de culturas de criança, do lugar, dos lugares destinados às crianças pelo mundo adulto e suas instituições e das territorialidades de criança, resultando desse embate uma configuração à qual chamamos territorialidades infantis, cujo campo de reflexão é a Geografia da Infância (Lopes, 2008, p. 67-68).

Os espaços públicos, como ambientes imediatos até áreas mais amplas da cidade, têm se tornado lugares de apropriação das infâncias. Pois esses lugares são onde as crianças estabelecem suas redes de sociabilidade, desenvolvendo habilidades comunicativas, cognitivas e sociais, além de construir uma melhor compreensão do mundo. Portanto, a análise desses espaços é essencial para entender a interação entre crianças, a cidade e seu ambiente.

A maneira como as crianças compreendem um lugar, em muitas das vezes, é diferente das percepções dos adultos. A geografia da infância, a partir da percepção de experiências sensoriais e emocionais, apura como as crianças atribuem significados aos lugares e como isso molda suas identidades e pertencimento.

Lopes e Fernandes (2018) aponta que é fundamental situar as diversas experiências da infância tanto temporal quanto espacialmente, estabelecendo conexões entre as vivências infantis e seus contextos culturais específicos. É igualmente essencial reconhecer o papel ativo das crianças na configuração do espaço e nas formas como elas comunicam suas percepções espaciais.

A infância, portanto, emerge como um campo de encontro de múltiplas visões e interpretações, moldado por diversos agentes que participam ativamente na sua formação e transformação. As crianças, longe de serem meros receptáculos dessas influências, desempenham um papel dinâmico e engajado, interagindo de maneira ativa com o ambiente que as cerca. Este capítulo conclui com a compreensão de que a infância é uma construção complexa e interativa, marcada pela ação e pela resposta contínua às influências culturais e espaciais.

Diante disso, é necessário perceber os espaços da cidade, para que assim possamos compreendermos como as crianças estão alocadas nos espaços da cidade. Contudo podemos compreender as complexas relações entre crianças e espaços geográficos.

O engajamento de crianças de uma forma ativa pode levá-los à cidadania participativa, assim, para uma igualdade justa e inclusiva da sociedade, onde a voz das crianças possa ser ouvida e respeitada. Porque através da inclusão, podemos entender a real importância dos espaços e lugares de convivência por meio das perspectivas também desses sujeitos.

## **2.1 O Lugar e o Espaço geográfico**

Lugar e espaço são conceitos interdependentes, que partem de uma construção social que está diretamente relacionada com as mudanças moldadas pela

ação e vivências humanas, que tendem a envolver o interno para o externo.

A geógrafa premiada nacionalmente e internacionalmente, a Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos, pela Universidade de São Paulo (USP), tem desde a segunda metade da década de 1970 até a atualidade dado contribuições ímpares para a área da Geografia Urbana.

O conceito de “lugar” desempenha um papel fundamental na compreensão da identidade do mundo e no desenvolvimento da infância. Ana Fani Alessandri Carlos é uma geógrafa brasileira renomada por seu trabalho na área da geografia urbana e, embora, seu foco não seja específico para a infância, suas ideias sobre o conceito de lugar podem ser aplicadas nessa fase crucial do desenvolvimento humano.

Nosso caminho pretende construir a compreensão da realidade urbana através da centralidade da noção de “produção do espaço”, que decorre do pressuposto de que a produção do espaço é imanente à produção da vida e, portanto, as relações sociais teriam como exigência um espaço e tempo. Resumidamente isso significa que (sintetizando) a materialização do processo espacial realiza-se na vida cotidiana pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares (Carlos, 2015 p.9).

Nessa parte da Geografia um de seus contributos intelectuais mais relevantes está sobre o conceito de lugar do qual sua publicação intitulada *O lugar no/do mundo* (2007) vem revisar e sistematizar. Esse trabalho compila uma série de textos publicados pela autora sobre os conceitos de lugar, espaço, suas relações com a globalização e não-lugar. É uma porção dessas reflexões que iremos analisar, principalmente a partir de suas concepções sobre o conceito de lugar.

A autora expõe que a sociedade contemporânea se constroi por seu caráter urbano, real, virtual na pretensão de formar um espaço mundial que relaciona vários elementos. A requerida intelectual aponta uma espécie de generalização urbanística, isto é, sobre como o espaço urbano torna-se uma majoritária nas sociedades, é pensar em como mundo tem se urbanizado de forma desenfreada, como isso tem sido uma tendência quase que completa em todos os países do mundo, e esse fenômeno tende a construir “padrões de comportamento [...] processos de reprodução das relações sociais [...] e práticas sócio-espaciais [...] de onde surge uma nova problemática espacial” (Carlos, 2007, p.11).

Compreendemos o espaço urbano como a integração social que ocorre, em meio ao conjunto de atividades provocadas e promovidas sejam de cunho social, econômico, cultural, esportivo, político etc. seja no espaço público ou privado da cidade. Com isso, o Ministério das Cidades (Brasil, 2023) compreende como espaços públicos os espaços de uso comum, pertencentes à população e administrados pelo poder público, a exemplo das ruas, calçadas, praças, jardins, parques, em que o ir e vir é livre. Também são públicos locais de uso comum, como hospitais, escolas, bibliotecas, mantidos pelo poder público, com determinadas restrições de acesso e circulação.

A produção do espaço permite, assim, superar a ideia de espaço como palco da ação humana, possibilitando a compreensão da dimensão social do espaço produzido por uma sociedade diferenciada por classes. O papel ativo da sociedade que constroi um mundo objetivo numa prática, que pode ser caracterizada de socioespacial, aponta a reprodução das relações sociais enquanto relação espaço-temporal (Carlos, 2015, p.9).

A urbanização é um dos elementos de um contexto contemporâneo mais amplo que faz parte da globalização. Então é na interação com o ambiente através do corpo que o ser humano produz o espaço, que na contemporaneidade tem se configurado de uma forma muito específica, principalmente urbana, sendo alvo dos efeitos da globalização.

Para nos situarmos a globalização é tida como um fenômeno de integração econômica, social, cultural no espaço geográfico é entendida por Milton Santos (2005) como "[...] o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista" (Santos, 2005, p.12). Esse processo tem como resultado uma pretensa homogeneização econômica, política e cultural gerando um modelo único de sociedade e uniformidade espacial, cria assim um ideal de uniformização da paisagem, valores, hábitos e produtos (Santos, 2005).

Carlos (2007) nos declara que o 'lugar' tem um sentido ímpar para globalização. É no lugar onde a globalização se materializa, o cotidiano das pessoas, suas vivências e hábitos ganham a expressão do mundial que estabelece o local, reorganizando-o, recriando seu conteúdo, permanecendo ainda as particularidades. Nesse contexto é importante entender a dinâmica das dimensões local/mundial para lermos o mundo moderno, segundo a geógrafa:

[...] A premissa que desenvolveremos refere-se ao fato de que a realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis, no lugar encontramos as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminar-se as particularidades, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos da vida, os modos de apropriação expressando sua função social, seus projetos e desejos. O lugar guarda uma dimensão prático-sensível, real e concreta que a análise, aos poucos, vai revelando (Carlos, 2007, p. 14-13).

Mas afinal, o que é lugar? Qual o seu conceito? Carlos (2007) nos dá as primeiras diretrizes, em suas assertivas,

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo." (Carlos, 2007, p. 17).

Dessa forma o espaço é uma dimensão social, para além do físico, do qual o ser humano se apropria, transforma e apreende através dos sentidos, já "[...] o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida [...]" (Carlos, 2007, p.18). O corpo e os sentidos são elementos pelos quais se transforma o ambiente/espaço e o valorizam como lugar, sendo este a porção do espaço vivida, experienciada e conhecida. Dessa forma a praça, o bairro, a rua, a pequena vila, a pequena cidade entre outros, são exemplos de lugares, onde todos se conectam, vivem, revivem "[...] conhecem e reconhecem em todos os cantos [...]" (Carlos, 2007, p.16).

Para a autora, o corpo precisa ser considerado na discussão sobre o lugar: é através do corpo que nós nos apropriamos da realidade à nossa volta e do espaço, transformando-o em lugar. O sujeito é que produz através do corpo uma relação entre habitante-identidade-lugar, gesta e significa afetividades, memórias, hábitos, sentidos que constroem aquele ambiente não somente como um mero espaço qualquer no globo terrestre, mas em um lugar, que remete a sentimentos, familiaridades e identificações como na composição de Arlindo Cruz "[...] o meu lugar é sorriso, é paz e prazer o seu nome é doce dizer Madureira, iá laiá Madureira, iá laiá."

No caso de Madureira, um bairro da cidade metropolitana de Rio de Janeiro

(RJ) acreditamos que se aplique a assertiva da autora em relação a caracterização de algo que possa se constituir como lugar em espaços metropolitanos: "[...] é evidente que é possível encontrar isso na metrópole, no nível do bairro, que é o plano do vivido, mas definitivamente, não é o que caracteriza a metrópole" (Carlos, 2007, p.16).

Mas no caso de Delmiro Gouveia, uma cidade sertaneja e do interior de Alagoas, cabe nos perguntar se também se aplica. Uma cidade, que apesar de interiorana, deixa nítido diferenças sociais e econômicas, com corpos diferentes que produzem identidade própria em várias partes da cidade, seja no bairro de classe média alta como nas proximidades do loteamento Rosa de Sharon, ou em bairro de classe baixa como Ponto Chic.

A Profa. Alessandri Carlos define que apesar de existir a possibilidade da construção do lugar dentro das dependências da metrópole ela mesma como um todo não pode ser considerada um lugar pois só pode ser vivida parcialmente, em detrimento do lugar que é expresso através das:"[...] formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. Trata-se de um espaço palpável — a extensão exterior, o que é exterior a nós, no meio do qual nos deslocamos. Nada de espaços infinitos. São a rua, a praça, o bairro, — espaços do vivido, apropriados através do corpo [...]" (Carlos, 2007, p. 16).

As mediações espaciais também fazem parte da construção do lugar, elas são os percursos dos moradores da casa para seus trabalhos, para lugares de lazer, de comunicação ou compras, essas mediações são organizadas segundo o tempo vivido e modelam o lugar pois este, é produzido por um "[...] conjunto de sentidos, impressos pelo uso." (Carlos, 2007, p.16).

Outro dado é o processo de urbanização, que interfere na construção do lugar tal qual estamos descrevendo nesses ditames (Carlos, 2007). Além de diminuir o poder de expressão do habitante, a urbanização pode trazer uma monumentalidade que expresse um pouco da história daquele lugar. Nesses espaços monumentais o vazio é frequentemente usado e exerce uma relação de poder, sendo o poder monumental exercido através da constituição de grandes espaços vazios que não passam pela vivência do ser humano logo não poderiam ser considerados lugar

(Carlos, 2007).

Exemplo disso é a Esplanada dos Ministérios e Praça dos Três Poderes (Brasília-DF) onde temos a constituição de uma espacialidade da qual não se pode transitar como pedestre, o tamanho do espaço, inclusive sua área vazia denota uma relação de poder de grandeza se coloca como obstáculo de acesso a aquele espaço, o efeito disso é que a população não usa esse espaço, não vive nele, não cria identificação com ele, e mais uma vez percebemos que o lugar enquanto o “[...] mundo do vivido, é onde, se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo onde em que é produzida a existência social dos seres humanos” (Carlos, 2007, p.20) e portanto não seriam compatíveis com essa monumentalidade dos espaços urbanos citados (Carlos, 2007).

Voltando a questão do conceito, a autora define que o lugar se articula entre a mundialização e o local, é no lugar em que o local e a mundialização se encontram, o lugar se torna ponto de articulação dos dois, pois não existe uma mundialização absoluta a ponto de anular o local nem um local que não esteja inserido num contexto de mundialização (Carlos, 2007). Dessa forma o lugar “[...] tem um conteúdo social e só pode ser entendido nessa globalidade [...] observamos a “[...] divisão espacial do trabalho que cria uma hierarquia espacial que se manifesta na desigualdade [...]” (Carlos, 2007, p.22). É como se esse elemento de divisão espacial do trabalho desdobrado em uma hierarquia espacial e desigualdades fosse um elemento de mundialização no lugar (Carlos, 2007).

Então, pensando no lugar enquanto essa porção do espaço que está localizado espacialmente e historicamente nesse momento de tendências globalizantes/mundializantes, que teria como características a produção de periferias globais e, portanto, estaria submetido a essas convenções. Por exemplo, a cidade de Delmiro Gouveia (AL) vem passando por um processo de crescimento urbano de tal forma, que geram na distribuição desigual da divisão espacial do trabalho e das estruturas urbanas dignas.

Nesse contexto, formam-se comunidades novas como o Conjunto Habitacional Sonia Monteiro (conhecida popularmente como as 369 casas) constituído por pessoas de várias outras regiões que construíram uma cultura e vivência própria configurando-

se na ideia de lugar, mas é marcado pela estigmatização da hierarquia espacial, e se conecta no contexto mundial com o acesso ao fluxo de informações a outros saberes e culturas, além de reproduzir desigualdades comuns aos efeitos da globalização.

De modo geral, a autora Alessandri Carlos (2007) traz um conceito de lugar que ultrapassa a ideia de coordenada, ponto fixo do mapa com escala da abrangência do espaço onde acontecem determinadas relações humanas. O conceito é ampliado, revisto e considera o contexto histórico e geográfico de um processo de mundialização globalizada que produz uma noção de mundo relativamente "[...] homogêneo em sua diversidade [...]" (Carlos, 2007, p. 24).

O lugar pode ser definido como um espaço físico que possui significado e importância para o indivíduo ou grupo de pessoas. É onde a vida cotidiana acontece, onde as experiências são vividas e onde as relações sociais se desenvolvem. Para as crianças, o conceito de lugar está intrinsecamente ligado à forma como elas percebem e interagem com o ambiente ao seu redor.

A importância do conceito de lugar na infância pode ser vista em vários aspectos, como por exemplo no desenvolvimento da identidade, onde os lugares desempenham um papel fundamental na construção da personalidade das crianças. O lugar onde uma criança nasce, cresce e vive influencia diretamente na sua percepção de si mesma e de sua cultura, incluindo, inclusive, sua conexão com sua família, comunidade, cultura local, entre outras coisas.

Os lugares também são espaços de aprendizado significativos para as crianças. Elas exploram seu entorno, fazem descobertas, experimentam desafios e desenvolvem habilidades cognitivas e sociais por meio de suas interações com o ambiente.

Encontros e socializações também estão ligados aos lugares em que as crianças frequentam. As crianças interagem com seus pares em locais como escolas, parques, praças e ambientes abertos, de forma que essas interações são essenciais para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais.

Ter um lugar para chamar de seu também é crucial para o desenvolvimento emocional das crianças. Sentido de pertencimento. Isso pode ser sua casa, seu

quarto, seu bairro, seu lugar favorito. Ter um lugar onde se sintam seguros e acolhidas é importante para o bem-estar emocional no desenvolvimento das crianças.

É na infância que se começa o entendimento sobre espaço e geografia. Por meio da exploração e da movimentação em seus lugares, as crianças aprendem sobre proteção, distâncias, relações sociais e espaciais. Aprendem, inclusive, qual a importância do lugar e qual o seu lugar no mundo.

Deste modo, entender o conceito de lugar é essencial para compreendermos as infâncias, pois influencia a maneira como as crianças percebem o mundo, constroem sua personalidade e desenvolvem habilidades cognitivas de sociabilidade. A compreensão e valorização dos lugares onde as crianças vivem, interagem e exploram são aspectos importantes para promoção do desenvolvimento saudável e bem-estar social, emocional e cognitivo.

### 3. INTERSEÇÃO ENTRE INFÂNCIA, RAÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS

#### *Algumas Proposições com Crianças*

*“A criança está completamente imersa na infância  
A criança não sabe que há-de fazer da infância  
A criança coincide com a infância  
A criança deixa-se invadir pela infância como pelo sono  
Deixa cair a cabeça e voga na infância  
A criança mergulha na infância como no mar  
A infância é o elemento da criança como a água  
É o elemento próprio do peixe  
A criança não sabe que pertence à terra  
A sabedoria da criança é não saber que morre  
A criança morre na adolescência  
Se foste criança diz-me a cor do teu país  
Eu te digo que o meu era da cor do bibe  
E tinha o tamanho de um pau de giz  
Naquele tempo tudo acontecia pela primeira vez  
Ainda hoje trago os cheiros no nariz  
Senhor que a minha vida seja permitir a infância  
Embora nunca mais eu saiba como ela diz.”  
(Ruy Belo)*

Ao realizarmos uma leitura da história da infância brasileira, constatamos a ausência de políticas públicas com viés protetivo. Por séculos, esse público somente interessava ao âmbito familiar e doméstico, e na perspectiva do “pátrio poder”. Nos âmbitos públicos ou privados, o patriarcado, enquanto sistema político e ideológico dominante, que legitima a supremacia masculina em todas as esferas sociais, está implícito na narrativa oficial, perpetua as relações de poder, a manutenção dos padrões morais e contamina as práticas institucionais. (Valensuela,2022).

Por muito tempo, a infância foi negligenciada, a criança era considerada uma tábula rasa, um ser que reproduzia o modelo de papéis sociais presentes à sua volta. Por falta de conhecimento e estudo sobre a importância da fase de desenvolvimento, por séculos crianças foram tratadas como “adultos em miniaturas”, vivendo em situação de total desrespeito e condições que não lhe permitia o pleno “crescer”, às margens da proteção no que tange a qualidade de vida. Ariès (1981) afirma que “A criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim, homens de tamanho reduzido” (Ariès, 1981 p.18).

Juliana Linhares afirma que o conceito de infância foi construído historicamente, a partir do final da Idade Média e durante a Idade Moderna na Europa (Linhares, 2016, p.27). Entretanto, observamos que, a ideia europeia de infância e do infante com o alvo de cuidado não se aplica equanimemente com os demais povos do mundo. Uma concepção eurocêntrica e etnocêntrica que não admitia nem humanidade quanto mais o status de infância a crianças negras africanas, as tornando escravizadas. Dessa forma, no Brasil colonial o sentido europeu de infância não se aplicava às crianças negras, em outras palavras, crianças negras não eram entendidas como crianças que precisam de cuidado.

Décadas anteriores a institucionalização do ECA, de 1927 a 1989, o que regia era o Código de Menores e este aplicava a doutrina da “situação irregular”, que era toda conduta de desvio social como maus-tratos, abandono parental ou atos de vandalismo, dando a determinação ao juiz que adotasse medidas que estabelecesse a “normalidade” da situação para crianças e adolescentes (Brasil, 1979). O Código não enxergava que os menores de 18 anos na realidade eram as principais vítimas, seja de fatores sociais ou comunitários, e assim os separava ou segregava da sociedade.

Com a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), uma carta internacionalmente referenciada para as políticas para as infâncias e assinada pelo Brasil em 1990, entende-se por infância o período de vida de todo indivíduo com menos de dezoito anos de idade, salvo se, em virtude da lei que lhe seja aplicável, tenha atingido antes a maioridade. Vale ressaltar que essa carta foi crucial para a formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente instituído em 1990, sob a Lei nº 8.069, e até hoje sofre significativas alterações a fim de ampliar a defesa e garantia de direitos para o público envolvido.

No entanto, após anos de luta e promulgação da Constituição Federal de 1988, a criança no Brasil passou a ser considerada sujeito de direitos, sendo de responsabilidade da família, da sociedade e do Estado garantir, com absoluta prioridade, os seus direitos, como preconiza o Art. 227 da Constituição Federal (1988):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de

negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988 Art. 227).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um marco da luta de movimentos sociais que atuam na defesa e na garantia de direitos para crianças e adolescentes, instituído pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, também propõe a proteção integral à criança e ao adolescente:

Art. 3 A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo de proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Brasil, 1990).

Nesse mesmo artigo, no seu parágrafo único a Lei determina que:

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimentos, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, religião e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vive. (Brasil, 1990).

Torna-se evidente a importância que o ECA tem para a seguridade dos direitos que crianças e adolescentes têm para o seu pleno desenvolvimento. Além de distinguir criança, a pessoa até 12 anos (doze) de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito anos de idade) (Brasil, 1990), determinando os mesmos como sujeitos de direitos, e também deveres, e o papel da família, sociedade e Estado co-responsabilizando o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), composto por esses três setores, na defesa e na garantia da proteção das infâncias.

É imprescindível a participação e o comprometimento de todos os atores sociais envolvidos, para garantir o direito ao convívio familiar e comunitário, a prioridade absoluta dessas crianças. E saber que as crianças vivem a valorizar o presente de forma justa, plena e com demonstração de real felicidade quando lhe são proporcionadas oportunidades mínimas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente não só passa a enxergar quem são as verdadeiras vítimas, como destina o papel e a obrigação de cada um dos setores. Coloca a criança e o adolescente como prioridade absoluta, incorporando a pauta

infanto-juvenil na agenda pública. Além de institucionalizar também os conselhos de direitos e conselhos tutelares que são órgãos de controle, fiscalização e promoção dos direitos de crianças e adolescentes em todos os âmbitos da esfera. Sendo assim, “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei” (Brasil, 1990).

“A infância constitui uma etapa da vida com sentido e conteúdos próprios. Por isso, não olhamos para as crianças na perspectiva do adulto que desejamos que sejam, mas como cidadãos, sujeitos de direitos, enquanto crianças” (PNPI, 2010). É considerar as crianças como um sujeito de direitos, um ser social e histórico que muda e ressignifica o mundo à sua volta.

Diante disso, a infância necessita ser compreendida como um período da vida em si, muito importante inclusive, e não a preparação para um futuro. A criança, mesmo em fase de dependência, sem as compreensões sociais, o domínio da fala completa, sem uma coordenação motora aperfeiçoada, e ainda assim construindo seus conhecimentos e saberes, é um sujeito e têm tantos direitos quanto um adulto.

Deve considera-se que, a criança para que cresça plenamente, digna de um harmonioso desenvolvimento e plenamente preparada para a vivência no meio social de forma independente deve ser membro de um seio familiar adequada gozada de acolhimento, amor, paz, fraternidade, dignidade humana, tolerância, compreensão, liberdade, igualdade e solidariedade.

Os seis direitos da aprendizagem, segundo a Base Nacional Comum Curricular<sup>1</sup> (Brasil, 2018), propõem crescimento e desenvolvimento para a infância. Apesar de ser definido para a educação escolar, podemos também direcioná-los para fora do âmbito escolar, pois eles elevam muito o desenvolvimento das crianças que modificam a vivência social, definidos como: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se, que dão liberdade para as crianças ampliarem seus horizontes, de forma saudável, seja com adultos ou com outras crianças, em

---

<sup>1</sup> A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina as competências (gerais e específicas), as habilidades e as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante cada etapa da educação básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A BNCC também determina que essas competências, habilidades e conteúdos devem ser os mesmos, independentemente de onde as crianças, os adolescentes e os jovens moram ou estudam.

pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas, cotidianamente e de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

As crianças participam ativamente, de ações significativas de planejamento e realização na vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando, explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia,

Elas se expressam como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. Conhecem-se e constroem sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Além dos direitos fundamentais básicos como educação, saúde e bem-estar social, a criança tem o direito de brincar livremente, de acessar os espaços e explorá-los com seu corpo, desenvolvendo habilidades de movimentar-se. De conhecer os lugares, suas culturas, suas ciências, seus saberes, para além da família, de ser ativa nos locais de participação social e decisões coletivas. De desenvolver-se integralmente enquanto cidadão gozando de direitos e deveres.

Para a infância o lugar, sejam eles parques, praças, clubes, associações, quadras e até mesmo as ruas e terrenos baldios são muito importantes, pois esse é palco de acontecimentos cruciais para o seu crescimento e desenvolvimento individual. É nesses lugares de vivências das crianças que são passados os ensinamentos e tido as aprendizagens que serão levadas para toda a sua vida. É

necessário manter crianças em lugares seguros e protegidos.

É crucial reconhecer as crianças nesses espaços, adaptá-los se preciso for, para que adultos os vejam e os ouçam e assim interajam, contribuindo para a formação e desenvolvimento dos pequenos. O reconhecimento de que a forma como se olha, escuta e atende a criança expressa o valor que se dá a ela, o respeito que se tem por ela, a solidariedade e o compromisso que se assume com ela; reconhecimento, também, de que a criança capta a mensagem desses sentimentos e valores pela maneira com que é tratada pelos adultos.

É indispensável relatar que, apesar dos avanços longínquos das políticas públicas para crianças e adolescentes, ainda se sente muito a falta do Estado para efetivação desses direitos, principalmente em zonas periféricas, longe dos centros urbanos. A estes, por muito, lhe são negados direitos básicos, voz de fala e participação social, ficando à margem da sociedade, perdendo por vezes o status de cidadãos, diante ao que se diz na Constituição Federal de 1988.

A falta de uma escola adequada, que oferte uma educação de qualidade, uma unidade de saúde estruturada, um parque, quadra esportiva, área de lazer e cultura é sentido por moradores de bairros periféricos nas diversas cidades do Brasil. Isso, infelizmente, é refletido em índices de indicadores sociais, desenvolvimento humano, de criminalidade e homicídios entre moradores dessas áreas.

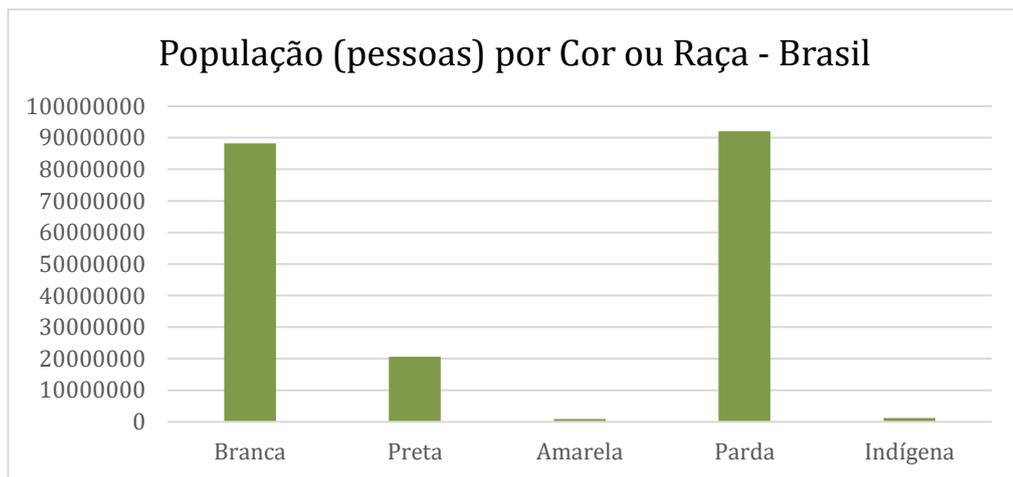
### **3.1 Infância Negra Sertaneja**

Historicamente, pessoas negras habitam em zonas afastadas dos centros urbanos, herdando morros, serras, bairros periféricos, sendo-lhe negado direito à cidade e a participação social, fruto da escravidão que segregou raças e etnias com base em conceitos muito ligados a religião e cultura da centralização de poder dos países da Europa.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em um relatório publicado sobre a situação de crianças e adolescentes no Brasil, no ano de 2019, estima-se que atualmente o país tem cerca de 60 milhões de pessoas com menos de 18 anos de idade, e são elas as pessoas “especialmente vulneráveis às

violações de direitos, à pobreza e à iniquidade no País”<sup>2</sup>.

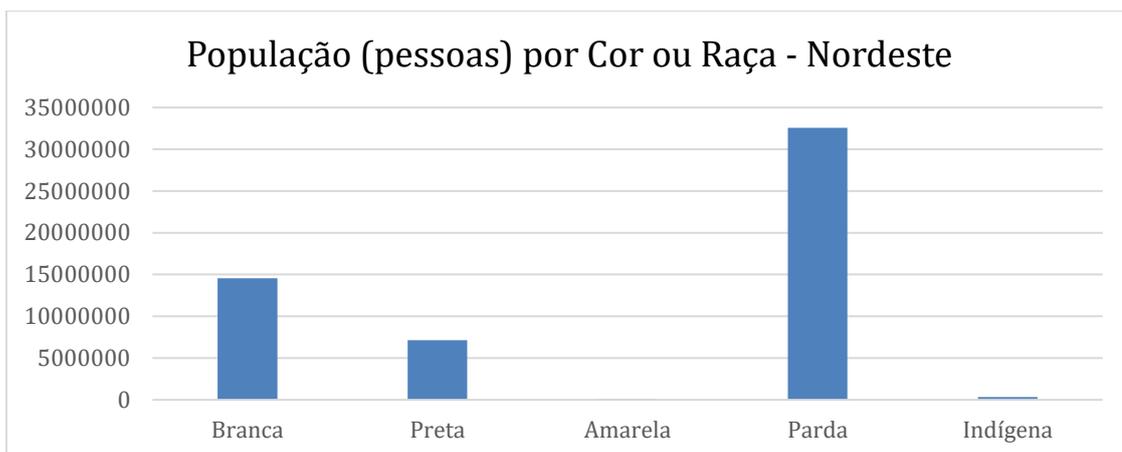
Dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) apontam que a população brasileira é de 203.080.756 pessoas. Dessas, 55,5%, ou seja, 112.739.744 pessoas são pretas ou pardas, sendo a maioria da população em geral. Crianças no Brasil seguem o mesmo panorama, sendo um total de 40,1 milhões (de 0 a 14 anos) e dessas mais da metade são pretas ou pardas.



Fonte: censo IBGE, 2022.

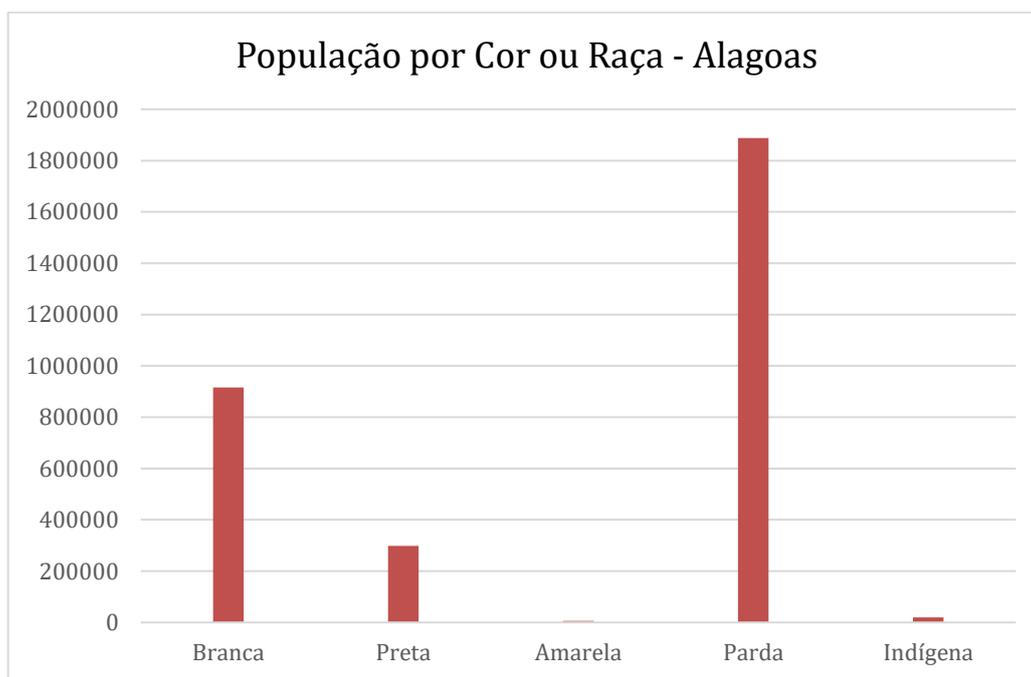
Na região Nordeste, de acordo com o mesmo censo, a população parda compreende 39.559.846 (59,6%) da população e a preta 7.127.018 (13%) do total.

<sup>2</sup> Brasil, UNICEF. Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil. Disponível em [https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil#:~:text=O%20Brasil%20possui%20uma%20popula%C3%A7%C3%A3o,\(Estimativa%20IBGE%20para%202019\)](https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil#:~:text=O%20Brasil%20possui%20uma%20popula%C3%A7%C3%A3o,(Estimativa%20IBGE%20para%202019).). Acesso em 17 de abril de 2024.



Fonte: censo IBGE, 2022.

Esse mesmo censo também mostra sobre os dados de Alagoas, que de um total de 3.127.683 de pessoas, 1.887.865 (60,4%) são pardas e 298.709 (9,6%) são pretas.



Fonte:

Censo IBGE, 2022

O IBGE (2022) aponta que as desigualdades raciais são importantes vetores de análise das desigualdades sociais no Brasil, ao revelarem no tempo e no espaço a maior vulnerabilidade socioeconômica das populações de cor ou raça preta, parda e indígena. As análises mostram ainda as desigualdades sociais por cor ou raça, de

acesso a políticas públicas de bens e serviços básicos, como educação, saúde, moradia, trabalho e renda, que são assegurados, inclusive, pela Constituição Federal de 1988 e mesmo políticas mais diretas de combate a situações extremas como o próprio Bolsa Família não tem dado muito impacto:

Mesmo com a implementação de programas de transferência de renda, a exemplo do Auxílio Brasil e, mais recentemente, dos programas emergenciais adotados em 2020, como o Auxílio Emergencial, bem como das políticas públicas voltadas à ampliação do acesso desta população a bens e serviços acima referidos, os maiores impactos sobre a população preta ou parda, por exemplo, não foram capazes de reverter as históricas desigualdades que mantêm sua situação de maior vulnerabilidade socioeconômica (IBGE, 2022).

A relação entre desigualdade racial e desigualdade social também nos diz muito sobre divisão social do trabalho, onde a população preta e parda ocupam as camadas mais subalternas da classe trabalhadora, com salários mais baixos e péssimas condições de trabalho, em determinados casos, por não possuir um nível superior de escolarização. Isso reflete na estrutura familiar onde a manutenção da invisibilidade e subalternidade da existência negra elimina as perspectivas de proteção social que são de responsabilidades do conjunto familiar estabelecido, o que ocasiona nas mais adversas situações para a população negra, tendo em vista que são os mais empobrecidos. Nesse sentido, o que observamos é que a promoção dos cuidados familiares de pessoas pretas e pardas está estreitamente ligado com questões sociais e econômicas, implicando diretamente no acolhimento de crianças e adolescentes negras.

Evidentemente isso é um reflexo do caráter estrutural do racismo, gerado por anos de escravidão que colocou a população negra numa posição de não pertencimento. Desta forma, o racismo integra a organização econômica, política e social, tornando uma manifestação naturalizada da sociedade, reproduzindo cotidianamente moldes de violências que modelam a vida social, principalmente de pessoas negras, na contemporaneidade.

Silvio Almeida, em seu livro intitulado *Racismo Estrutural* (2020) aponta o racismo como uma “manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno

patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade”. Desta forma, ele apresenta o racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas consciente ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam.”

Almeida ainda ramifica o racismo em três concepções: individual, que nessa rama é algum tipo de anomalia de fenômeno de caráter individual atribuído a um grupo isolado a ser combatido no campo jurídico; institucional, onde o racismo se expressa não de forma individual, mas em desvantagens, maus tratamentos e coisas do tipo por parte de instituições; e o racismo estrutural, que:

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processo institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição” (ALMEIDA, 2020 p.50).

Diante disso, podemos notar que o racismo causa efeitos. Em crianças e adolescentes os impactos podem ser sociais ou psicológicos e podem preponderar por toda a vida. Sabendo que nenhuma criança nasce com atos discriminatórios, estudos na área da educação infantil, como o de Rosemberg<sup>3</sup> revelam que ainda na fase de desenvolvimento infantil, crianças percebem as diferenças entre pessoas e a reprodução de atos racistas podem levar a criança a naturalizar e reproduzir tais atitudes. Portanto, desde a infância, a prática do racismo precisa ser combatida diariamente, pois se não houver esse combate cotidiano, a reprodução continuará sendo constante e as desigualdades ainda serão uma realidade da nossa sociedade.

No ano de 2010, o Congresso Nacional aprovou e o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 12.288, de 20 de julho,

---

<sup>3</sup> Fúlvia Rosemberg, em seu trabalho intitulado Educação Infantil e Relações Raciais: A Tensão Entre Igualdade e Diversidade (2014) reúne conceitos que esboça de modelo para compreensão das desigualdades raciais na educação brasileira, a partir de perspectivas teóricas usadas para analisar normativas e padrões de oferta da educação infantil de um ponto de vista das relações raciais.

instituindo o Estatuto da Igualdade Racial, o qual define uma série de direitos, obrigações estatais, objetivos e metas que dizem respeito a todos os brasileiros.

O Estatuto da Igualdade Racial abarca um conjunto de garantias: adota o princípio jurídico da promoção da igualdade/ação afirmativa; inclusão social da população negra; acesso à saúde, educação, cultura e lazer, liberdade de crença, acesso à terra e moradia, trabalho e meios de comunicação. O forte impacto do racismo sobre a sociedade brasileira denuncia-se nos dados que apontam a precária condição de vida à qual a população negra está exposta. Tais dados mostram o grande número de indigentes, analfabetos, desempregados, com menos acesso a serviços de saúde, entre esta população.

A pobreza no Brasil é um grande fator que corrobora para violações de direitos das crianças, de acordo com o UNICEF (2023). No Brasil, ao menos 32 milhões de meninas e meninos (63% do total) vivem na pobreza, em suas múltiplas dimensões: renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação. Entre as crianças, esse número chega a 45,6%. As crianças negras têm quase 70% mais chances de viver na pobreza do que as brancas. Na região do semiárido, onde vivem 13 milhões de crianças, mais de 70% das crianças e dos adolescentes são classificados como pobres.

O estudo aponta ainda que em 2021, o percentual de crianças e adolescentes que viviam em famílias com renda abaixo da linha de pobreza monetária extrema (menos de 1,9 dólar por dia) alcançou o maior nível dos últimos cinco anos: 16,1%, versus 13,8%, em 2017. No quesito educação, após anos em queda, a taxa de analfabetismo dobrou de 2020 para 2022 – passou de 1,9% para 3,8%.

Quando falamos de negros e indígenas, e moradores das regiões Norte e Nordeste os índices apresentam um agravante. A pobreza multidimensional impactou mais quem já vivia em situação mais vulnerável, agravando as desigualdades no País. Entre crianças e adolescentes negros e indígenas, 72,5% estavam na pobreza multidimensional em 2019, versus 49,2% de brancos e amarelos. Entre os estados, seis tinham mais de 90% de crianças e adolescentes em pobreza multidimensional, todos no Norte e Nordeste.

Já é conhecida a dívida social que o Brasil tem com a infância. Uma breve olhada nos indicadores socioeconômicos nacionais é suficiente para confirmar que são as crianças a faixa da população mais exposta à pobreza e à miséria. Quase quatro em cada dez pequenos/as brasileiros/as vivem abaixo da linha da indigência, segundo cálculos do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV). Na região do semiárido, que engloba 1.500 municípios em nove estados do Nordeste, além de Minas Gerais e Espírito Santo, o UNICEF estima que 10,9 milhões de meninos e meninas sofrem com altas taxas de analfabetismo, mortalidade e trabalho infantil. (Jornalistas amigo das crianças, 2016).

A face mais trágica das violações de direitos no Brasil são os homicídios envolvendo o público infantojuvenil. Segundo Cerqueira (2018), no “Atlas da Violência” de 2018, consta que as taxas de homicídio no país chegaram a atingir 30 mortes por 100 mil habitantes. Proporcionalmente, morrem três vezes mais negros do que brancos. Nesse dado histórico, é sinalizada a presença marcante de meninos adolescentes negros moradores de favelas, vitimadas por arma de fogo em contexto de violência, muitos deles ocorridos durante operações policiais, assim como ilustra situações trágicas que ganharam repercussão na mídia.

O racismo age de várias formas, a partir da estrutura social construída por uma epistemologia eurocêntrica. A pobreza, que como já vimos, atinge majoritariamente a população negra e não as permite ascender social e economicamente. Historicamente e geograficamente, a população negra é postergada também a ocupar determinadas áreas de risco a vivência, insalubres, inseguras, nocivas, com habitações precárias, sem saneamento, sem acesso a água encanada, consequências diretas da desigualdade social e racial.

O Estado mais uma vez se faz ausente. A Carta Magna de 1988 também garante o acesso a moradia segura, mas isso não é a realidade de muitos. Uma grande parcela da população ainda vive sob péssimas condições de moradia, com falta de saneamento básico, sendo vítimas de enchentes ou desabamentos, próximos a depósitos de lixo a céu aberto e águas contaminadas por esgoto, produtos químicos ou agrotóxicos, numa nítida afronta à dignidade pessoal, vítimas evidentes do racismo ambiental<sup>4</sup> que os impõem a ocupar essas áreas que fere a dignidade

---

<sup>4</sup> Termo criado nos EUA por Benjamim Franklin Chaves Junior, que de acordo com a pensadora negra brasileira Tania Pacheco, o Racismo Ambiental é constituído por injustiças sociais e ambientais que

humana, as excluem dos espaços de participação, calando suas vozes e colocando numa posição de não pertencimento, mediante ao espaço urbano habitado.

Se essas áreas não oferecem uma segurança de moradia, tampouco podem oferecer espaços para a expressão corporal de crianças. É a partir da interação e do convívio nos espaços públicos, com outros seres, que a criança começa a construir sua identidade e a descobrir o outro. Nos ambientes de interação, seja na escola, parques, praças, quadras esportivas, entre outros, elas passam a perceber seus colegas e logo interagem uns com os outros. Portanto, é na interação social que os lugares permitem que a criança amplie sua autopercepção, assim como a percepção do outro. Além de valorizar sua identidade, ela aprende a respeitar os outros e a reconhecer as diferenças entre ela e seus colegas. A criança explora o espaço em que vive e os objetos à sua volta com o corpo, por meio dos sentidos, gestos e movimentos. É nesse contexto – a partir das linguagens como música, dança, teatro e brincadeiras – que elas estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos.

Atualmente, no Brasil, algumas ações estão sendo muito relevantes no combate à desigualdade e ao racismo, como a instauração do Ministério da Igualdade Racial (e secretarias municipais e estaduais) e Ministério dos Povos Indígenas e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Podemos destacar também outras políticas importantes a exemplo da Lei do Racismo, e recentemente os casos de injúria racial serem comparadas ao crime de racismo, a Lei nº 10.639/2003 e 11.645/2008 que tornam obrigatório o ensino da História e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar com ênfase nas disciplinas de História, Arte e Literatura, objetivando a educação para as relações étnico-raciais, além da lei de cotas raciais em universidades e concursos públicos.

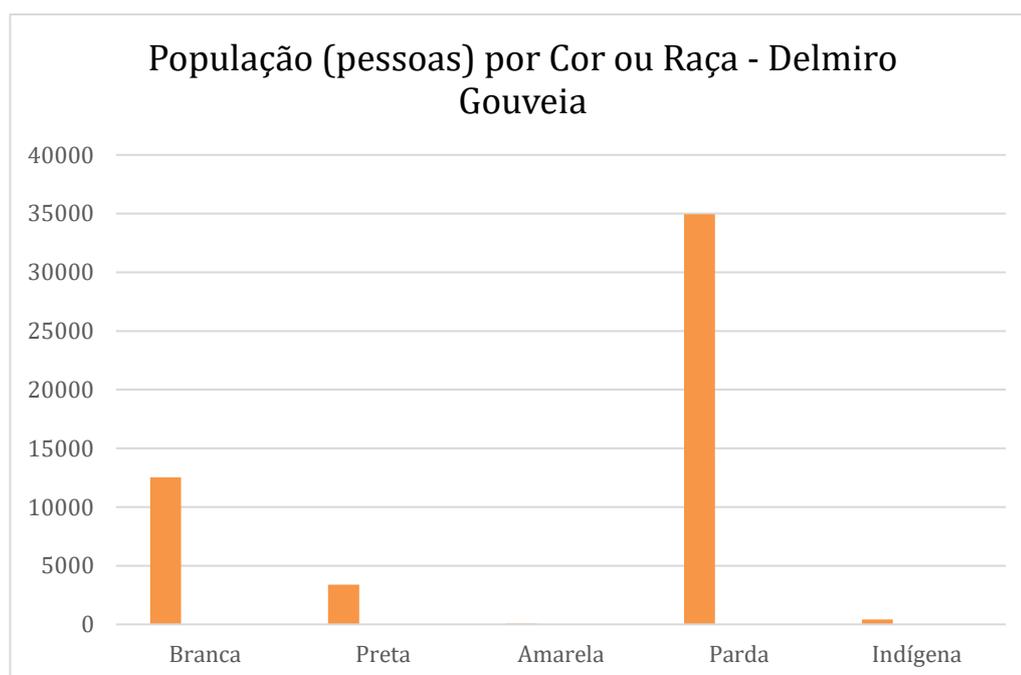
Em âmbito municipal, a população afrodescendente do município de Delmiro Gouveia, que reside no povoado Cruz, apenas no ano de 2005 foi reconhecida nacionalmente como comunidade quilombola. Dos 326 habitantes desse povoado,

---

recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem.

10,3% dessa população são remanescentes de quilombolas e 7% são crianças de 0 a 6 anos de idade.

A população indígena em Delmiro Gouveia é muito pequena. De acordo com o Censo 2022, apenas 0,8% da população é autodeclarada indígena, sendo a população com menos de 6 anos, ainda menor, com 0,04%. Os mesmos possuem residência fixa na cidade e conservam suas tradições e culturas, em territórios próprios.



Fonte: Censo IBGE, 2022

A população negra delmireense carece com a falta de ações que retratem sua cultura e seu símbolo de resistência temporal. Infelizmente, suas memórias, histórias e resistências são retratadas apenas em eventos culturais principalmente no mês de novembro, muitos deles nas escolas públicas, não reconhecendo a importância da população negra para a formação da cidade em contexto histórico (e também geográfico), a<sup>5</sup> numa cidade sertaneja e originariamente negra, apesar de não constar

<sup>5</sup> Apesar de não constar nos livros didáticos, diversas fontes orais na história da cidade se remetem ao primeiro povoamento da região como uma comunidade negra e ribeirinha, hoje território quilombola da Comunidade Cruz.

na história oficial da cidade.

### **3.2 Políticas Públicas Para Infâncias Delmirenses**

O município de Delmiro Gouveia possui 51.318 habitantes conforme os dados do último censo do IBGE (2022). Do total, 12.042 são meninos e meninas de 0 a 14 anos de idade.

O município de Delmiro Gouveia vem tentando ampliar a atenção à infância, com investimentos em creches, pré-escolas e escolas, reformas nas unidades básicas de saúde e formação dos profissionais de diferentes setores que atendem diretamente a infância, principalmente os que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, do tríplice setorial (educação, saúde e assistência), assim como conselheiros tutelares e de direitos.

É preciso compreender que a criança é um sujeito, indivíduo único, com valor em si mesmo e tem uma identidade própria. Que perceber uma criança, enxergá-la e compreender é visualizar a verdadeira maneira de ser do ser humano que se forma desde sua gênese e se realiza ao longo da vida. Não podemos separar esse sujeito de sua diversidade étnica, cultural, de gênero, e geográfica, pois é necessário compreender sua realidade de vida com todas as características citadas.

Dessa forma, se abre o olhar para as várias infâncias que existem em nosso país e as múltiplas formas de ser criança que as políticas devem ser sensíveis e de fato executadas para uma melhoria de sua qualidade de vida.

Portanto, deve-se ver a criança em sua integralidade, com inclusão e prioridade absoluta, buscando superar a visão fragmentada da criança. Uma sociedade inclusiva abraça todos e cada um dos indivíduos, nas suas expressões próprias, segundo as quais cada um é si próprio e diferente dos demais. Abarca todos e cada um dos grupos étnico raciais, sociais e culturais, manifesta zelo pela igualdade e pela especificidade de direitos na diversidade de gênero.

Promover a saúde integral de crianças a partir de realização das ações de prevenção de agravantes e assistência são objetivos que, para além da redução da mortalidade infantil, determinam para o compromisso de se promover a qualidade de

vida para as crianças, ou seja, que esta possa crescer e se desenvolver com todo o seu potencial.

O Baixo Peso ao Nascer (BPN) é considerado um dos grandes problemas de saúde pública, especialmente no Brasil, devido ao impacto sobre a morbidade e mortalidade infantil. A prematuridade e a Restrição do Crescimento Intrauterino (RCIU) têm sido apontadas como as maiores responsáveis por essa condição.

É necessário apontar que hoje o município conta com um hospital de referência (Hospital Regional do Alto Sertão - HRAS), contando inclusive com ala de pediatria e sala de parto, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), 16 unidades básicas e 13 postos de saúde, além de 6 policlínicas que atendem toda a população.

As unidades de Educação em Delmiro Gouveia, atualmente, são cerca de 40 instituições educacionais públicas entre creches, pré-escolar, fundamental I e fundamental II, além de 4 escolas da rede estadual de ensino.

Aponto que a educação infantil é um direito humano e social de todas as crianças de zero a até cinco anos de idade, sem distinção alguma decorrente de origem geográfica, caracteres do fenótipo (cor da pele, traços de rosto e cabelo), da etnia, nacionalidade, sexo, de deficiência física ou mental, nível socioeconômico ou classe social.

No âmbito da assistência social, de acordo com as informações do Relatório de Informações Sociais do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Brasil, 2022), a base do cadastro único, o município possui 3.906 crianças entre 0 e 6 anos e que foram inseridas nos programas sociais, sendo que 2.657 residem na área urbana e 1.249 na área rural.

As políticas voltadas a crianças nas áreas mais vulneráveis do município, estão vinculadas ao CRAS, o qual encontra-se localizado no Conjunto Habitacional Sônia Monteiro, uma das áreas de abrangência de maior vulnerabilidade no município. E atende cerca de 20 famílias com crianças nessa faixa etária. O CRAS é o principal mecanismo para realizar trabalhos com famílias no Município. É nele que as famílias têm acesso e conhecimento dos direitos socioassistenciais e por isso é a porta de entrada das políticas sociais.

O Programa Criança Feliz, instituído pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.869/2016, também busca promover o desenvolvimento integral na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida, que por meio de visitas domiciliares e a intersetorialidade, apoiar as gestantes e a família na preparação para o parto, colaborar com exercício da parentalidade e os fortalecimentos de vínculos, mediar o acesso das gestantes, crianças e suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem e integrar, ampliar e fortalecer as ações de políticas públicas voltadas a primeira infância. Sendo uma estratégia alinhada ao Marco legal da Primeira Infância.

De acordo com o Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI, 2020)<sup>6</sup>, o Programa Auxílio Brasil, atual Bolsa Família, e o Programa Criança Feliz são as referências para o SUAS em face da primeira infância. Eles fortalecem as possibilidades de articulação com outras iniciativas públicas e privadas no território, reforçando a abordagem intersetorial e a convergência de objetivos em busca de impactos sociais no rompimento do círculo vicioso da pobreza.

Assim, de acordo com o Relatório de Ações e Programas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, antigo Ministério da Cidadania, de 2022, relatório esse que apresenta dados da política de assistência às famílias vulneráveis em todo país, o município de Delmiro Gouveia tem pactuado uma meta de 300 beneficiários, e no mês de julho realizou o acompanhamento de 284 beneficiários, uma cobertura de 87% no PCF e, o total de famílias inscritas no Cadastro único em maio de 2022 é de 13.520 dentre as quais:

- 8.512 famílias em situação de extrema pobreza (per capita de até R\$ 105,00)
- 977 famílias em situação de pobreza (per capita entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00)
- 1.799 famílias de baixa renda (até R\$ 606,00)

---

<sup>6</sup> O Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) é um documento político e técnico que orienta decisões, investimentos e ações de proteção e promoção dos direitos das crianças na primeira infância. Formulado por um processo de participação popular, à luz da diretriz expressa no art. 227, § 7º, da Constituição Federal, que preconiza a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação de políticas e no controle das ações em todos os níveis (Municipal, Estadual e Federal). Tendo sua elaboração em 2010 e atualizado a cada 10 anos, conta com a participação de instituições que compõem a Rede Nacional Primeira Infância, outros institutos, fundações e centros de pesquisa, professores universitários, especialistas, técnicos e trabalhadores “de campo” nos diversos direitos da criança.

Ainda, no município tem o Programa Criança Alagoana (CRIA)<sup>7</sup>, iniciativa do governo do Estado, onde a meta é um total de 3 mil famílias que serão beneficiadas. O município tem um quantitativo de 2.446 famílias beneficiárias do programa, segundo dados do programa.

Na infraestrutura, no quesito de espaços, atualmente, as praças são frequentemente ocupadas pelo comércio informal, como ambulantes e quiosques, o que vem influenciando e mudando o ambiente destinado ao lazer de crianças e suas famílias. A tentativa de aliar geração de renda com a utilização lúdica dos espaços acaba causando transtorno e desorganização.

Nesse contexto, podemos destacar, também, as praças que têm seus espaços transformados em ambientes para a terceira idade (academia ao ar livre) ou utilizados para o aluguel de brinquedos, tais como pula-pula, carrinhos elétricos, cuja utilização é cobrada. Restringindo o lazer e a utilização dos brinquedos a uma pequena parcela da sociedade que têm condições financeiras para pagar pela utilização dos mesmos.

Em nossa cidade percebemos que temos poucos espaços públicos disponíveis, são poucas praças, e as existentes são mal geridas, sendo mais frequentadas e utilizadas por adultos, com poucos brinquedos e pouco utilizadas para a brincadeira, o lazer e a recreação.

Sabemos que existem vários motivos para que o direito de brincar não seja assegurado, dentre os principais podemos destacar razões econômicas e políticas, falta de espaços nas ruas, alto índices de violência, entre outros. Essas são as razões pelas quais o brincar está cada vez mais distante da rotina de nossas crianças.

Contudo, constata-se que o município delmirensense apresenta uma decadência na infraestrutura dos espaços públicos, local onde se adquire conhecimentos e se vivencia experiências, também não são acolhedores e pouco servem para o lazer para o público da infância. As praças existentes possuem pouca diversidade de brinquedos. Cama elástica, pula-pula inflável e/ou carrinhos elétricos, que são de usos

---

<sup>7</sup> Iniciativa do Governo do Estado de Alagoas, instaurado em 2015, que congrega ações de áreas da saúde, educação e assistência social, que consistem em práticas intersetoriais e multidisciplinares, com o objetivo de aproximar a gestão pública dos agentes da primeira infância e populações vulneravelmente assistidas.

privados, acaba deixando a maioria da população de baixo poder aquisitivo sem acesso, principalmente a população negra moradora das periferias, que não tem acesso às praças e nem recurso financeiro para utilizar os brinquedos locados.

Chamamos atenção para a pertinência do meio ambiente e sua degradação, devido à ocupação própria das cidades, ressaltando que as crianças passam mais tempo nos espaços privados do que nos espaços públicos, ocultando e limitando a condição social da criança. As crianças delmirenses não encontram na zona urbana espaços adequados e seguros para a sua livre socialização e atividades de aprendizagem.

Sabe-se que o espaço urbano traz consigo inúmeros perigos, por exemplo, a criminalidade e grande movimentação de automóveis. Faltam espaços arborizados e equipados com locais que possam ser usufruídos sem, necessariamente, ser na escola. Infelizmente, ainda é presenciado nos bairros mais carentes da cidade muitas crianças brincando nas ruas, entregues à própria sorte, sem assistência, sem proteção, sem direcionamento, sem atividades, correndo inúmeros riscos, inclusive os relacionados à criminalidade.

Nota-se, de acordo com o PNPI (2020), que a educação das crianças pequenas tem se dado predominantemente, no espaço escolar, sem levar em consideração o potencial educador de outros ambientes circunscritos na cidade. Dessa forma, o espaço público torna-se um espaço de exclusão e vulnerabilidade. Além dessa constatação, o Plano Nacional aponta sugestões de fácil aplicação para a participação da cidade, como agente educativo, em uma rede de integração com a escola, pois para reverter essa situação, as crianças precisam ser vistas e tratadas como sujeitos que podem dar opiniões e/ou sugestões. Busca-se, por sua vez, uma escola integrada com os outros espaços públicos (parques, ruas, museus, praças), fomentando a efetiva participação e aprendizado das crianças.

Em Delmiro Gouveia consta com espaço público praças, quadras e ginásios, museu e memorial. assim relacionados: Praça da Vila (praça de eventos); Praça Bom Sossego 01; Praça Bom Sossego 02 (Em frente à escola municipal Eliseu Norberto); Praça da Igreja São Pedro (Campo Grande); Praça em frente à Academia de Saúde (Eldorado); Pista do Skate (Eldorado); Praça da Igreja Santa Rita (Eldorado); Praça

Bairro Novo; Praça Pedra Velha (em frente à escola municipal José Bezerra); Praça do Desvio na Avenida Caxangá; Praça da Tamarineira; Praça dos Taxistas e Coreto; Praça do Gobeu; Praça Padre Cícero; Praça do Sindicato dos Trabalhadores da Fábrica; Praça do Cemitério; Praça Campo Grande; Praça do Cotinguiba; Ginásio do Bairro Novo; Quadra coberta do Bairro Novo; Ginásio do Eldorado; Ginásio do Bom Sossego; Quadra da Escola Afrânio Salgado Lages; Quadra da Escola Maria Dulce; Memorial Delmiro Gouveia; e Museu Regional de Delmiro Gouveia.

Assim, de forma específica, não há espaços de cultura e lazer para crianças que ocupam bairros mais periféricos, como o Ponto Chic e o Conjunto Habitacional Sonia Monteiro. Desta forma, é preciso se perguntar onde estão as crianças destas comunidades, quais os tipos de recreação elas utilizam, quais os espaços e lugares que ocupam.

Não existe um lugar somente para as crianças, já que todos os lugares são lugares para elas. Porém, com a ausência de mobilidade urbana, de transporte público urbano, o acesso ao centro fica limitado, onde tem a maior concentração de espaços públicos. Ao tempo que, também é limitado os espaços públicos em áreas periféricas. O que resta aos meninos e meninas é ocupar as ruas e calçadas, se apropriar de áreas abertas desocupadas ou abandonadas, até mesmo se apropriar de obras públicas inacabadas.

Esses espaços tornam-se seus lugares. Lugares de partilhas de sentimentos e emoções, durante as brincadeiras. Infelizmente, em grande maioria, não oferecem o mínimo de segurança aos que ali estão, mas dão em lugar de refúgio para o entretenimento e lazer das crianças.

O Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI, 2020) ressalta que, entre as questões que influenciam na organização e distribuição do espaço de vida, trabalho e lazer das pessoas, das famílias e da população adulta, não levam em consideração o universo específico da primeira infância, com suas características etárias e de desenvolvimento.

#### 4. CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA: O LUGAR E A CIDADE

*Para Ir à Lua*

*“Enquanto não têm foguetes*

*Para ir à Lua*

*Os meninos deslizam de patinete*

*Pelas calçadas da rua.*

*Vão cegos de velocidade:*

*Mesmo que quebrem o nariz,*

*Que grande felicidade!*

*Ser veloz é ser feliz.*

*Ah! Se pudessem ser anjos*

*De longas asas!*

*Mas são apenas marmanjos.”*

*(Cecilia Meireles)*

Aqui, traremos a metodologia utilizada para obter resultados da observação do campo, que se trata de dois bairros periféricos da cidade Delmiro Gouveia, localizados em áreas bem distintas uma da outra, com processos de formação de expansão diferentes, mas que muito se assemelham na sua forma de ocupação territorial.

Um bairro trata-se do Ponto Chic, esse localizado em uma das entradas da cidade. Sua expansão se deu devido à ocupação de terrenos, que foi formando casas e “puxados” em ruas e vielas, onde hoje os moradores o dividem em três partes, chegando a ultrapassar a placa de “Boas Vindas” da entrada da cidade, e aproximar-se da zona rural.

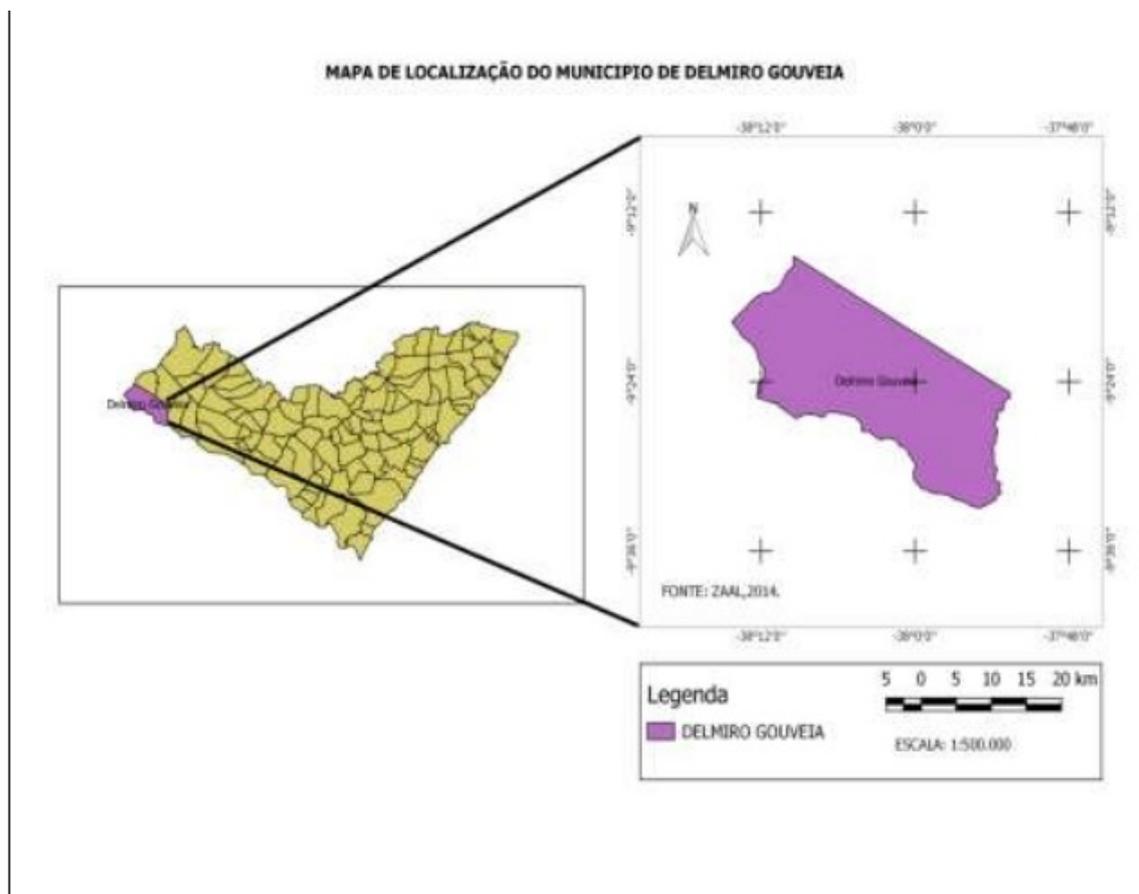
O outro compreende-se do Conjunto Habitacional Sonia Monteiro, que foi um projeto de moradias populares do governo federal, em parceria com o governo estadual e a Caixa Econômica Federal. Porém, o projeto demorou muito para ser concluído e a população cansada de esperar resolveu ocupar, mesmo sem a conclusão da obra.

Contudo, em primazia, neste capítulo gostaríamos de localizar os leitores para uma melhor compreensão sobre os bairros a serem abordados. Então falaremos, de forma resumida, o processo de formação da cidade Delmiro Gouveia, e sua expansão territorial. Após, traremos de forma detalhada, a técnica de observação.

#### **4.1 A Cidade Delmiro Gouveia**

De acordo com Serviço Geológico do Brasil (2005), Delmiro Gouveia é um município localizado no extremo oeste do Estado de Alagoas. Está localizado no alto sertão alagoano, sendo margeado pelo Rio São Francisco e faz fronteira com os Estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia e apresenta uma área de 609,3 km<sup>2</sup>, limitando-se a norte com os municípios de Pariconha e Água Branca, a sul com Paulo Afonso (BA) e Canindé do São Francisco (SE), a leste com Olho D’Água do Casado e a oeste com Jatobá (PE). Na figura 1 é possível visualizar a localização do município.

IMAGEM 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA



Fonte: Costa, 2018.

Em 1903 (segundo dados do IBGE, 1957), Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, natural do Ceará, chegou à região vindo de Recife (PE), estabelecendo-se como comerciante de couros bovinos e peles de caprinos. Em 1914, fundou a Companhia Agro Fabril Mercantil, inaugurando uma fábrica de linhas que atraiu uma significativa população para a área, além dos operários da fábrica, impulsionando o desenvolvimento local. Em 1921, Delmiro Gouveia providenciou a instalação de infraestrutura básica, como energia elétrica e água canalizada, provenientes da cachoeira do Angiquinho.

A comunidade operária associada à fábrica passou a ser conhecida como Pedra, proveniente de grandes rochas que existiam nas proximidades, sendo oficialmente reconhecida como distrito pelo Decreto Estadual n.º 2.435, de 30-11-1938, sob jurisdição do município de Água Branca. Posteriormente, através da Lei Estadual n.º 1.628, de 16-06-1952, foi elevada à categoria de município com o nome de Delmiro Gouveia, desvinculando-se de Água Branca (IBGE, 1957).

O desenvolvimento do povoado da Pedra teve início com a inauguração da fábrica, que inicialmente atraiu a formação de assentamentos próximos. A fábrica e a

comunidade operária tornaram-se os principais centros de atividade econômica, política e social na região. Com o tempo, a cidade expandiu-se gradualmente ao longo da via férrea e da estrada em direção a Água Branca, ocupando áreas próximas ao riacho do Cemitério e à antiga Pedra, além de estender suas vias em direção à vila operária.

Onde se instalara a vila operária deu origem ao bairro Centro, próximos os bairros COHAB Velha, COHAB Nova e Palmeirão; e aos bairros Pedra Velha/Desvio e bairro Bom Sossego originários dessa primeira ocupação, os demais ocorreram com o tempo, principalmente, a partir da década de 70, a cidade testemunhou um rápido crescimento populacional e uma diversificação significativa em suas atividades econômicas para atender às demandas de comércio e serviços. Essas atividades expandiram-se gradualmente na área central, levando à migração das pessoas que residiam lá para outras partes da cidade. Como resultado, novos loteamentos foram incorporados à malha urbana, especialmente nas áreas periféricas ao núcleo original, dando origem a novos bairros residenciais, como Eldorado, Campo Grande, Novo e, posteriormente, nos anos 90, Chácara São Vicente e Chácara Boa Vista. (PDPDG, 2006).

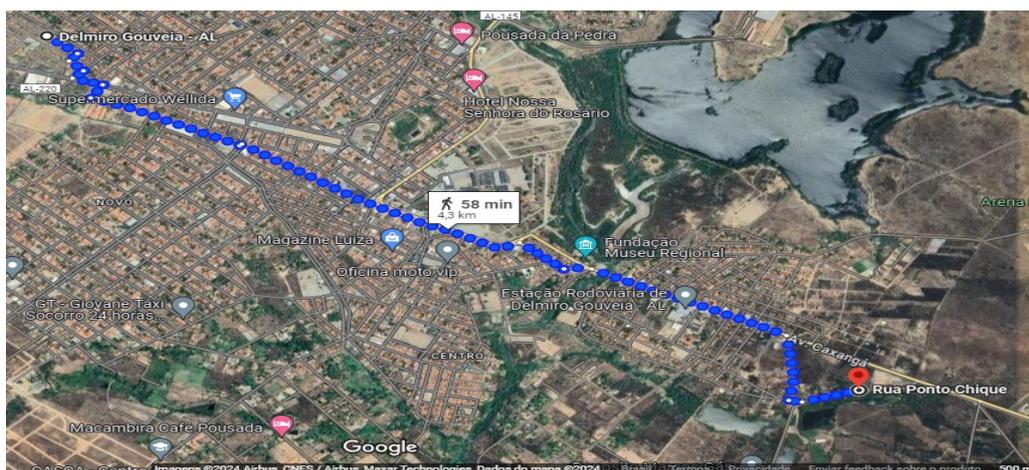
#### **4.2 Observando O Cotidiano**

Nessa parte, apresentamos as anotações a partir da observação que fizemos ao visitar o bairro Ponto Chic e o Conjunto Habitacional Sonia Monteiro. As visitas aconteceram em quatro fins de semana (sábado e domingo), onde há cada dois fins de semana fomos à uma comunidade, dividido em dois horários: manhã (das 09 às 11 horas) e fim de tarde (das 16 às 18 horas), totalizando assim 32 (trinta e duas) horas de observação.

Escolhemos esses dias e horários por justamente ser o dia em que as crianças não estão na escola, ou atividades do tipo, e é mais propício encontrá-las, pois é a hora de *“não tenho nada pra fazer em casa, aí vou brincar com meus amigos”*, como relata um deles em conversa. Eles já tinham acordado, tomando café e feito suas atividades diárias de manhã e tarde já tinham almoçado, dormidos e agora querem brincar.

A escolha das localidades também se dá devido à proximidade. O conjunto habitacional é próximo a minha residência, além disso já fiz trabalho voluntário nas duas comunidades. A distância entre os dois também foi um fator a ser considerado. Assim, podemos ter uma melhor análise da realidade de como estes se assemelham ou se diferenciam, como as crianças das áreas reagem, interagem, vivem, brincam, modelam, criam e recriam os espaços e lugares locais e assim obter melhores resultados sobre a observância das infâncias nos lugares do espaço urbano da cidade.

IMAGEM 2 – DISTÂNCIA ENTRE OS LUGARES DE OBSERVAÇÃO



Fonte: google maps, 2024.

Quando estávamos em observação no Conjunto Habitacional registramos no google maps a rota e distância entre os pontos de análise e obtive o resultado acima: uma distância de 4,3 km, atravessando toda a cidade.

A priori decidimos, apenas um final de semana em cada localidade, o que daria 8 horas em cada área e 16 no total. Mas a vivência levou à necessidade da adição de mais uma final de semana, para ter contato com mais adultos e ouvir relatos sobre o local de vivência, e, principalmente, ouvir as crianças moradoras destes lugares, observar seu brincar, perceber suas interações, compreender as explorações de cada.

<b>CRONOGRAMA DE DIAS E HORÁRIOS DE VISITAS ÀS COMUNIDADES</b>	
<b>Dias e Horários</b>	<b>Comunidades</b>
Dia 17/02/2024 – das 09 às 11 horas / das 16 às 18 horas (sábado)	Conjunto Habitacional Sonia Monteiro (369 casas)
Dia 18/02/2024 – das 09 às 11 horas / das 19 às 21 horas (domingo)	Conjunto Habitacional Sonia Monteiro (369 casas)

Dia 16/03/2024 – das 09 às 11 horas / das 16 às 18 horas (sábado)	Conjunto Habitacional Sonia Monteiro (369 casas)
Dia 17/03/2024 – das 09 às 11 horas / das 19 às 21 horas (domingo)	Conjunto Habitacional Sonia Monteiro (369 casas)
Dia 24/02/2024 – das 09 às 11 horas / das 16 às 18 horas (sábado)	Ponto Chic
Dia 25/02/2024 – das 09 às 11 horas / das 16 às 18 horas (domingo)	Ponto Chic
Dia 23/03/2024 – das 09 às 11 horas / das 16 às 18 horas (sábado)	Ponto Chic
Dia 24/03/2024 – das 09 às 11 horas / das 16 às 18 horas (sábado)	Ponto Chic

Ao final, a carga horária e os dias de observação foram duplicados, contabilizando quatro finais de semanas e 32 horas de visitas, sendo 2 finais de semanas e 16 horas em cada localidade escolhida para análise.

Esse campo possibilitou não só observar, que era o objetivo principal, mas também ouvir os moradores locais que puderam relatar a formação e ocupação do espaço em seu contexto histórico, relação de vivências, necessidades e dificuldades enfrentadas, o que possibilitou se atentar aos detalhes e saber melhor para onde se orientar. Assim, conhecemos um pouco da história do Conjunto Habitacional Sonia Monteiro e do Ponto Chic, mas também de como os adultos visualizam os espaços ao qual as crianças estão a explorar.

Partindo para as crianças, estas também foram ouvidas, em especial as crianças negras, mas mais que isso entendidas como usam e exploram os espaços e lugares que ocupam, bem como o porquê e como elas fazem o uso, entendo-as como sujeitos sociais que são e também agentes transformadores dos espaços. Foi observado cada brincar e cada lugar que era notável a presença de crianças.

Vale ressaltar que não foi utilizado a técnica de entrevista, mas de escuta simples dentro da pesquisa e observação participante (Turra Neto, 2004; Brandão, 2005). Em suma, ao invés de conduzir entrevistas formais, nós escolhemos abordar a escuta humanizada. Ou seja, ouvimos e observamos os moradores da comunidade, de modo especial as crianças negras, em seus espaços, conhecendo com atenção e empatia. Essa técnica de entrevista tipicamente leva as respostas mais profundas e autênticas sobre o ambiente, bem como os desafios e experiências pessoais. Foi a nossa técnica preferida para proporcionar um espaço seguro e respeitoso. Nossos

dados foram reunidos a partir de conversas informais e observações participativas, com interações continuadas depois disso. As perguntas não foram feitas em um formulário aberto ou fechado. Em vez disso, as conversas seguiam a liderança dos moradores, oferecendo espaço para as histórias e preocupações pessoais se desenvolverem naturalmente.

O ponto de origem da pesquisa participante deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica. Mesmo que a ação de pesquisa e mesmo que as ações sociais associadas a ela sejam bem locais e bem parciais, incidindo sobre apenas um aspecto de toda uma vida social, nunca se deve perder de vista as integrações e interações que compõem o todo das estruturas e das dinâmicas desta mesma vida social. (Brandão, 2005 p.261).

## **5. AS INFÂNCIAS NEGRAS E O LUGAR**

Este capítulo é dedicado à análise do observado via observação participante, descrito no capítulo anterior. Abaixo, detalhamos os lugares em que estivemos realizando as observações, como sua estrutura, localidade geográfica, divisão espacial, formação do território. Após isso, apresentamos as brincadeiras e atividades lúdicas de entretenimento e lazer feitas pelas crianças moradoras destes bairros e em seguida os lugares onde acontecem e como eles se apropriam e recriam, finalizando com a descrição dos corpos infanto-juvenis observados ao longo da visita de campo.

### **5.1 Os Bairros**

O bairro Ponto Chic, de acordo com moradores, é dividido em 1, 2 e 3, derivado de ocupações. Então o uso do espaço e a localização das construções obedeceu a ordenamento próprio. Há várias casas e “puxadinhos”, sem planejamento ou análise técnica do terreno ou mesmo da obra, algumas localizadas no fundo de outras casas, formando vilas e conglomerados de casas - casas com fachadas simples e algumas com infraestrutura muito precária, aparentam a necessidade de reformas.

As ruas, em sua maioria, hoje encontram-se asfaltadas, mas a má distribuição e planejamento urbano gera ruas mais estreitas, comparado às ruas de outros bairros da cidade, mais largas e confortáveis à circulação e há presença de vielas e becos, esses de difícil acesso, principalmente em períodos de chuvas. A maioria da população do bairro é de classes mais baixas das camadas sociais no quesito econômico, e/ou em situação de vulnerabilidade social, que historicamente ocupam as periferias das cidades, lugares regulados pelo mercado e pelo Estado de forma desigual.

Nota-se a presença de pequenos comércios locais, como mercados e mercearias, lojas e lanchonetes de pequeno porte que fazem girar a economia local. Símbolos religiosos também se fazem presentes, como um espaço da igreja católica e dois templos da igreja evangélica.

O poder público também procura se fazer presente: tem uma escola pública municipal no bairro, um posto de saúde e uma creche estadual que atendem à comunidade, porém os moradores relatam que a oferta de vagas para matrícula e atendimentos acaba sendo pouca para a demanda dos moradores, não suprimindo sua necessidade. Além disso, uma quadra de futebol society e uma praça estão sendo construídos no bairro, para atender a população. Ressalto também a iluminação pública, recentemente ampliada com luz de led em todos os pontos de iluminação de toda a cidade, inclusive no bairro em questão.

No conjunto Habitacional Sonia Monteiro a infraestrutura não é muito diferente. Trata-se de um projeto habitacional do governo federal, que foi inacabado e gerou uma ocupação. O governo municipal demorou a atuar lá dentro e o governo federal não procurou mais investir.

Atualmente, o Conjunto conta com uma escola municipal, um posto de saúde e a sede municipal do CRAS e CREAS, que atende toda a população, mas dá preferência aos locais, além da iluminação pública em led.

Apesar do Conjunto ter sido inicialmente planejado, é perceptível que ainda é preciso ser feita muita melhoria, principalmente no setor de infraestrutura, um exemplo é o calçamento, ainda inexistente. Em conversa com uma moradora, durante a primeira visita à localidade, realizada no dia 17 de fevereiro de 2024, ela relata a ausência de saneamento básico, inclusive água encanada em algumas casas e que nessas puxasse de um cano que passa na rua. Ela ainda relata a necessidade de melhores condições de vivência e segurança pública ao qual não se sente à vontade de deixar sua filha brincar na calçada ou até mesmo na rua com os amigos - por medo de episódios de violência.

Algo em comum entre as duas localidades são os relatos sobre problemas com a segurança pública. Os munícipes não residentes destes bairros, de modo geral, veem tais localidades como zonas perigosas, enquanto os moradores sentem a marginalização das áreas, principalmente por estarmos falando de áreas periféricas, derivadas de ocupações, com a presença majoritária de corpos negros e pobres. Sobre o policiamento, os relatos contam que é difícil notar a presença de guarnições, sendo comum a presença apenas em operações policiais específicas, o que resulta em sentimento de mais medo do que de proteção.

Sabemos que isso não é um caso isolado na realidade social brasileira, fazendo parte do cenário nacional das periferias do Brasil. A questão econômica é um fator determinante para a segregação social, o que conduz à formação de bairros muito pobres nas periferias das cidades brasileiras, sejam elas de grande ou pequeno porte. Na obra do professor Osvaldo Bastos Neto “A Hermenêutica do Crime” (2006) ele aponta uma hipótese de segurança pública pautada numa segurança social, onde a maioria dos problemas (senão todos) estão ligados ao meio cultural, organizacional, institucional, tanto do Estado como da sociedade civil.

## **5.2 As brincadeiras**

Partindo para as brincadeiras, apesar de estarmos tratando de localidades diferentes, elas não são muito distintas entre si. Elas podem ser em grupos com

grande quantidade de crianças, grupos com pequena quantidade, duplas ou até mesmo individual. Quanto à interação entre as crianças, percebi que não importava a diferença de idade, ou até mesmo gênero: nas observações todas as crianças estavam muito integradas entre si.

O futebol é um exemplo, e presente nas duas localidades. A partida não tem local específico, pode acontecer no meio da rua, a exemplo do conjunto habitacional, aí vale ressaltar que lá ainda não possui um espaço adequado para a prática esportiva, na quadra, mesmo que esteja em reforma. De acordo com o relato das crianças do Ponto Chique, ou até mesmo em terreno baldio, como eles dizem "*não há tempo ruim, se tiver time a gente tá lá*".

Imagem 3: crianças brincando de bola na rua do Conjunto Habitacional



Fonte: o autor, 2024.

Imagem 4: adolescentes brincando de bola em terreno baldio no Ponto Chic.



Fonte: o autor, 2024.

As brincadeiras com grupos menores são diversas e dependem do imaginário de cada um. Um exemplo disso é a imagem abaixo que mostra uma árvore caída, devido à chuva, e as crianças se divertem por horas brincando penduradas em cima da árvore.

Imagem 5: crianças brincando em árvore caída no Ponto Chic.



Fonte: o autor, 2024.

Em conversa comigo sobre a brincadeira, as crianças relatam que não têm medo de cair, nem de se machucar e que gostam de brincar ali. Se “atrepam”, balançam, fingem ser super-heróis, que têm superpoderes e vão salvar o mundo e os indefesos.

É comum a notável presença de meninas, onde em muitas das vezes estão em duplas a brincar. Seus brinquedos sempre remetem ao cuidar da casa ou de filhos, como bonecas, panelinhas e coisas do tipo. Poucas duplas de meninos são vistas, normalmente estão mais em grupos, porém, nas poucas vezes vistas, estão a brincar com seus caminhões ou cuidam de suas "fazendas". Vale ressaltar, que os brinquedos aqui citados se encontram em estados de muito desgaste ou são peças improvisadas com materiais recicláveis, a exemplo de garrafas pet. Quando questionados sobre as condições dos brinquedos, eles dizem que os pais não têm como comprar brinquedos novos e então eles usam como brinquedo o que têm, deixando notável a condição econômica dos mesmos, mas que eles mesmos dizem não se importar.

Não é muito diferente as crianças que brincam sozinhas. Usam seu imaginário com brinquedos danificados, devido ao tempo de uso, ou outros materiais, como uma criança que brincava com pedras e pedaços de tijolos, quando a questionada sobre o que está a brincar, ela responde que é um fazendeiro e ali são seus animais na fazenda, ou seja, usando de sua imaginação para mascarar sua triste realidade de vulnerabilidade econômica.

Figura 6: brincadeira individual de criança na porta de casa no Conjunto Habitacional Sonia Monteiro.



### **5.3 O Uso dos Espaços e Lugares**

As crianças veem os espaços de um modo diferente de adultos e isso contribui para uma apropriação dos territórios feito por esses, dando um novo significado, ou um significado específico de uso apenas deles, novas territorialidades. A partir da observação de campo realizada, pudemos perceber como o imaginário das crianças contribui para a transformação dos espaços, a falta de um espaço adequado para a prática esportiva pode ser substituída por um terreno baldio encontrado na localidade, por exemplo.

Infelizmente, a industrial cultural do lazer, operacionalizada pelos senhores acumuladores da riqueza, que ocupam a alta elite da sociedade, não considera a população dos bairros de baixa renda, que em muitos são ocupados por pessoas negras, ao qual historicamente sempre são colocados numa posição de não lugar, como público merecedor de lazer e desfavorecido com a falta de infraestrutura não investe em serviços e equipamentos que disponibilizam qualquer diversão para essas comunidades.

As ruas são os espaços mais apropriados pelas crianças, e torna-se lugar de disputa seja com automóveis, com adultos ou mesmo com outras crianças. Quase em todas as ruas é possível notar a presença de ao menos uma criança, seja andando de bicicleta, disputando partidas de futebol ou mesmo a caminhar indo a casa de parentes ou amigos. Os horários escolhidos para observação propiciaram também maior uso das ruas pelas novas gerações, sendo conveniente o período do dia em que estivemos lá nas vizinhanças. Por outro lado, sabemos que, mesmo nesses horários, a presença de crianças em outros bairros mais ricos da cidade pode ser afetada por vários fatores (maior circulação de automóveis, mais atrativos lúdicos em casa etc.), desincentivando seu uso da rua.

Imagem 7: Criança andando de bicicleta no Conjunto Habitacional Sonia Monteiro



Fonte: o autor, 2024.

As calçadas das casas também carregam a presença de grandes grupos de crianças. Dividindo com familiares que ficam a conversar em fins de tarde.

Obras inacabadas também não são um problema, não para as crianças, pois elas se apossam e utilizam conforme melhor lhes atender. Um exemplo disso é a construção do campo society no Ponto Chique, que mesmo sendo a obra cercada os meninos pulam a cerca e passam já a utilizá-la, ou a praça do bairro, que só com um escorregador já é o suficiente para entreter-lhes por horas.

Imagem 8: Crianças brincando na praça inacabada do bairro Ponto Chic



. Fonte: o autor, 2024.

#### 5.4 Os Corpos Infanto-juvenis

Os corpos presentes são dos demais variados, de diversas idades e diversos tamanhos, apesar da grande presença de corpos negros, mas que disputam, compartilham, atuam, que fazem e desfazem os territórios que se apropriam. Nota-se a presença de crianças menores, que circulam e brincam, mas os meninos e meninas maiores, chegando à adolescência, são maioria nas ruas.

A criança mais nova que circulava pelas áreas, quando questionada, apontou com os dedos, possuindo ainda 3 (três) anos de idade. Em conversa com ela, indagada se não tinha medo de ficar sozinha na rua e ela disse que não, que a mãe deixava e algumas vezes algum familiar ia “olhá-la” e quando ela cansava parava de brincar e voltava para casa.

Imagem 9: Criança brincando sozinha à frente de sua casa no Conjunto Habitacional Sonia Monteiro



Fonte: o autor, 2024.

Apesar da diferenciação de idades e tamanhos, não percebemos distinção ou segregações entre as crianças e adolescentes na sua interação no brincar na rua. Todos brincam e andam juntos, se divertem coletivamente. É como se fosse um mundo sem fronteiras, mesmo eles não explorando outras áreas da cidade, como praças centrais ou em outros bairros, por exemplo. As crianças se reúnem em qualquer lugar dentro do seu bairro, na praça, na quadra, no terreno baldio, formando um mosaico diverso de corpos, risos e energia inesgotável. É uma cena que

transcende qualquer barreira, onde as crianças não se dividem por idade ou tamanho, mas se unem em uma dança de brincadeiras, movidas pelo espírito da criatividade, de camaradagem e cooperação.

Em alguns dos casos observamos, não importa se são meninos ou meninas, se têm cinco ou treze anos de idade, nas brincadeiras em grupo, percebemos muita integração e presenciamos poucas distinções internas ou explícitas quanto ao gênero e ao etarismo. Os mais velhos assumem a liderança, guiando e dominando o jogo, enquanto os mais novos entendem, mesmo não muito contentes. A relação de poder existe, os conflitos acontecem, mas percebemos naqueles dias prevalecer a diversão.

Em meio a esse turbilhão de atividades, as diferenças se diluem, dando lugar a uma incrível sensação de pertencimento e coletividade. Não há competição desenfreada nem exclusão, apenas a alegria simples de estar junto, compartilhando momentos preciosos que ficarão gravados na memória para sempre.

Imagens 10 e 11: Crianças andando nas ruas do Conjunto Habitacional





Fonte: o autor, 2024.

É verdade que cada criança traz consigo suas próprias experiências e habilidades, mas é na coletividade das brincadeiras que elas descobrem o verdadeiro significado da amizade e da solidariedade. Afinal, não importa se você é o mais alto ou o mais baixo, o mais rápido ou o mais lento. Quando perguntados sobre essas diferenças apontam que o que realmente importa é se divertir.

Vale ressaltar que, em muitos casos, as crianças negras encontram-se diante de desafios e limitações estruturais que afetam diretamente sua percepção e utilização do espaço. Estas limitações podem ser tanto físicas, como a falta de infraestrutura adequada em suas comunidades, quanto simbólicas, relacionadas à representatividade e ao acesso a espaços que reforcem sua identidade cultural e étnica.

Diante desses obstáculos, as crianças negras demonstram uma certa capacidade de recriar e adaptar o espaço ao seu redor. Essa recriação pode se manifestar de diversas formas, desde a utilização criativa de espaços urbanos disponíveis para o lazer e o aprendizado até a valorização de espaços simbólicos que promovam o reconhecimento e o fortalecimento de sua identidade racial e cultural.

A recriação do espaço por crianças, especialmente aquelas pertencentes à comunidade negra, é um fenômeno de significativa importância tanto no contexto sociocultural quanto no geográfico. É inegável que a interação das crianças com o

ambiente ao seu redor desempenha um papel crucial no desenvolvimento de sua identidade e no estabelecimento de suas conexões com o espaço físico, mas também resguardamos a observar as limitações dessas construções e relações com o lugar. Lugar esse atravessado pelo racismo ambiental e constituído pelas estruturas políticas e administrações públicas, basicamente pensado pelo e para o mundo dos adultos, nesse contexto as crianças têm uma capacidade de negociação e criação do lugar limitada nesses processos entranhados no microcosmos do cotidiano social.

No cotidiano, pequenos rearranjos e adaptações são operados pelas infantes no lugar e em certa medida recriado em pequena parte do âmbito físico, mas também abrange aspectos emocionais e psicossociais. As crianças negras muitas vezes desenvolvem estratégias de resiliência e empoderamento, transformando espaços de exclusão em locais de pertencimento e expressão de sua diversidade.

Portanto, compreender a forma como as crianças negras recriam o espaço dentro de sua condição é fundamental para promover políticas e práticas que valorizem sua participação ativa na construção de comunidades mais inclusivas e igualitárias. Esse processo não apenas enriquece a experiência das próprias crianças, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Existem diversas razões pelas quais reconhecemos a importância de estudar infâncias negras e o lugar no espaço urbano. A justiça social, por exemplo, é uma delas, ao qual compreendemos, principalmente, a espacialidade onde as infâncias negras estão inseridas e as desigualdades sociais a elas herdadas. Assim, entendemos porque as infâncias negras delmirenses estão inseridas em zonas periféricas e a elas pouco é ofertado de políticas públicas justas, como acesso à moradia, segurança, educação e lazer de qualidade, entre outros.

As observações aqui postas apontam as vivências das infâncias negras em duas comunidades e trazem o entendimento das dinâmicas urbanas e sociais, que não muito se diferenciam da realidade de muitas outras comunidades que afetam as infâncias negras no contexto brasileiro. Uma realidade desigual, que necessita de olhares e atenção.

A Geografia examina e explora os diferentes grupos e as suas identidades formadas e vividas nos espaços urbanos das cidades, moldadas pelas relações de poder, derivadas do colonialismo, reafirmadas cotidianamente pelo capitalismo, que

moldam as relações raciais, sociais e culturais, reforçando a continuidade histórica de questões como o racismo estrutural. Estudar as infâncias negras em contexto urbano ajuda a entender como esses processos impactam em suas comunidades e suas perspectivas de futuro, ajudando a projetar futuros mais inclusivos e equitativos a essas, pois as infâncias negras contribuem ativamente no cotidiano da cidade, utilizando espaços urbanos como locais de resistência, expressão cultural e formação de identidade.

Como vimos, as crianças aqui observadas possuem opiniões sobre os locais que ocupam, são de fato agentes sociais de transformação do espaço urbano, moldam a paisagem, dentro das limitações estruturais e políticas que esses lugares são estabelecidos e oferecidos ao usufruto do público. Precisamos observá-las, reconhecê-las e convidá-las a participar das discussões sobre as cidades, pois elas contribuem para a promoção de uma cidade justa e participativa.

Existem várias experiências que já executam ações para a promoção da participação das crianças, tanto nas elaborações sobre as cidades quanto na promoção da sua circulação em segurança e bem-estar nos espaços públicos. Como exemplo, trazemos iniciativa que escuta e contempla a voz das crianças sobre a cidade: projetos como ‘A Cidade das Crianças’<sup>8</sup>, de Francesco Tonucci, contribuem para uma cidade mais justa, igualitária e participativa. O Projeto se propõe a ouvir as crianças, questionar seu ponto de vista, ouvir suas ideias, protestos e propostas, colocando as crianças no centro das decisões da cidade, para fazer com que as políticas públicas sejam imbuídas da singularidade e força do pensamento infantil, reformulando o urbano social dando dignidade às crianças, promovendo o lazer, mas também permitindo que elas possam sair às ruas de seus bairros sem medo.

Na América Latina esse projeto já é concretizado em diversos países, como Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Peru e Colômbia. No Brasil, a cidade de Jundiaí-SP foi a pioneira, inclusive, atualmente, sendo o centro de inspiração e treinamento para outras cidades brasileiras. Outras 15 cidades do Brasil já se juntaram à adesão do projeto. Por fim, vale ressaltar que projetos como esse contribuí para efetivação de

---

<sup>8</sup> A Cidade das Crianças de Francesco Tonucci. Disponível em <https://francescotonucci.org/pt-pt/francesco-tonucci/a-cidade-das-criancas/>. Acesso em 05 de julho de 2024

políticas públicas e de resistências culturais e sociais, principalmente de crianças negras periféricas, mediante a todo contexto histórico dos povos afro-brasileiros.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho compreendemos que há uma grande relevância para o curso de Geografia, pelo fato da pouca abordagem temática, principalmente dentro das salas de aulas, da educação básica ao ensino superior. Além do fato que, aprofundar nesse assunto nos faz perceber as formações das favelas para além das grandes cidades e como as crianças estão inseridas nelas.

No complexo cotidiano da vida urbana das cidades, as infâncias negras trazem consigo histórias de resiliência e adaptação em meio a um determinado lugar que muitas das vezes as marginaliza. Ruas, terrenos baldios, calçadas. Esses são os espaços que, em muitos casos, se tornam seus lugares de diversão, de modo improvisado, onde brincam, aprendem e desenvolvem suas identidades. Contudo, por mais entusiasmado que sejam esses locais de expressão e sociabilidade, existe uma necessidade considerável de espaços públicos adequados nos bairros periféricos onde vivem. Essa lacuna não apenas limita suas oportunidades de desenvolvimento integral, mas também reforça a marginalidade e as barreiras que impedem sua integração plena no centro urbano.

Assim, consideramos neste Trabalho de Conclusão de Curso que o lugar das crianças negras não está nas áreas centrais, encontram-se em suas próprias zonas de moradias, por diversos aspectos. Mobilidade urbana talvez seja um deles, mas o projeto de afastamento e segregação racial é o mais central.

Apesar dessa tática de resistência, é preciso levantar olhares, pois as crianças ocupam as ruas, mas disputam com os automóveis; ocupam terrenos baldios, mas disputam com poluição, insetos e doenças; ocupam calçadas, mas ficam reféns da marginalidade. Diante disso, trazemos a preocupação de até onde isso é saudável para o desenvolvimento das crianças negras periféricas.

A cidade, quase sempre se mostra inacessível para as crianças e jovens negros que residem nas periferias, apesar de vista como um centro de oportunidades e crescimento, reforçando o projeto eurocêntrico de epistemicídio. A ausência de mobilidade até o centro urbano, muitas vezes se traduz em uma distância simbólica e social, onde o acesso a políticas educacionais, culturais e de lazer é desigualmente distribuído. Enquanto o centro possui praças bem cuidadas, quadras esportivas e

diversos eventos culturais, os bairros periféricos frequentemente se veem privados dessas mesmas infraestruturas básicas.

A falta de políticas públicas em bairros periféricos, principalmente em infraestrutura, não é apenas uma questão de comodidade ou estética, é uma questão de justiça social e inclusão urbana. Quando crianças negras crescem em ambientes onde as quadras são escassas e praças são distantes tornando as opções de lazer limitadas, torna a capacidade das crianças de explorar seu potencial pleno severamente comprometida. Isso não é apenas uma falha de planejamento urbano, é uma demonstração evidente do racismo que permeia nossa sociedade, é uma manifestação das desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira de modo geral.

Contudo, apesar das adversidades contínuas, as infâncias negras sobrevivem e resistem, além de transformarem os lugares que habitam. Ruas que poderiam ser vistas como meros corredores de passagem se transformam em palcos de criatividade e conexão social. Terrenos baldios abandonados se tornam campos de futebol improvisados, onde habilidades são desenvolvidas e amizades são forjadas. Calçadas estreitas se convertem em locais de encontro e troca cultural, onde histórias são compartilhadas e identidades são afirmadas.

O ato de transformar um terreno baldio em um campo de jogo é um ato político, que passa a se tornar locais comunitários de desenvolvimento humano. Esses espaços são mais que apenas estruturas físicas, são lugares de resistência e resiliência. São áreas onde crianças negras reivindicam seu direito à cidade, uma afirmação de que esses espaços devem servir não apenas como espaços vazios, mas coletivos, mostrando ao poder público, principalmente.

Portanto, é urgente, que políticas afirmativas sejam contínuas, que reconheçam e valorizem essas formas de ocupação do espaço urbano pelas infâncias negras. Políticas públicas, principalmente em investimentos de infraestrutura urbana precisam ser direcionadas de maneira equitativa, assegurando que cada criança, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica, tenha acesso a espaços seguros e estimulantes para brincar, aprender e crescer.

Além disso, é fundamental promover uma reflexão crítica sobre como o planejamento urbano reproduz ou desafia as hierarquias raciais e socioeconômicas.

A luta por espaços públicos adequados nas periferias não deve ser vista como uma demanda por benefícios adicionais, mas como uma demanda por justiça espacial e social. É uma chamada para reconhecer que a cidade pertence a todos os seus habitantes, não apenas aos privilegiados que podem acessar seus centros mais valorizados.

Portanto, as infâncias negras e o lugar que ocupam no espaço urbano são um lembrete poderoso de que a cidade é um espaço dinâmico e diverso, moldado pelas experiências e aspirações de todos aqueles que nela habitam. Transformar ruas em um lugar de brincadeiras, terrenos baldios em campos de jogos e calçadas em espaços de encontro não é apenas uma questão de necessidade, é promover a sociedade e o pleno desenvolvimento de forma igualitário das crianças, além de ser uma expressão de resistência e de reivindicação de direitos. É “resistir, apesar de”.

Por fim, que possamos dar voz às crianças, ouvir e aprender com as vozes das infâncias negras, que nos ensinam não apenas sobre o que falta, mas também sobre onde podemos chegar quando nos comprometemos com a lealdade e a justa igualdade de participação em todos os espaços urbanos. É hora de reconhecer essas formas de resistência e buscar ativamente criar cidades que sejam verdadeiramente inclusivas e equitativas para todas as infâncias, independentemente de sua cor, condição financeira ou contexto social.

## 7. REFERÊNCIAS

Alagoas. Primeira Infância e os espaços das creches CRIA. 2023. Disponível em: <<https://www.cria.al.gov.br/crianca-alagoana/publicacoes-cria?task=download.send&id=93&catid=38&m=0>>. Acesso em: 20 de agosto de 2024.

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo. Jandaíra. 255 p. 2020.

Anjos, R. S. A. "A Geografia, A África E Os Negros Brasileiros". Livro Superando O Racismo Na Escola. Ministério Da Educação, Brasília. 1999.

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

Brandão, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante. Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (ES) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília. Ministério do Meio Ambiente. p. 259-266, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

Brasil. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990a.

Brasil. Código de Menores, Lei Federal 6.697, de 10 de outubro de 1979, dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores.

Brasil. Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO. Publicado em 13 de julho de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao>>. Acesso em: 20 de agosto de 2024.

Carlos, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007.

Carlos, Ana Fani Alessandri. A VIRADA ESPACIAL /// \\ A VIRADA ESPACIAL. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 7-16, fev. 2016. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1779>>. Data de acesso: 20 ago. 2024.

Costa, Janilton da Silva. Impactos Socioambientais Causados Pelos Resíduos Sólidos Lançados no Riacho Carabeirinhas , Localizado em Delmiro Gouveia - AL. UFAL, Alagoas. 2018.

Cerqueira, Daniel. Atlas de Violência 2018. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/2757-atlasdaviolencia2018completo.pdf>. Acesso em 13 de janeiro de 2023.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Delmiro Gouveia, estado de Alagoas/

Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

Delmiro Gouveia (AL). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 19. p. 44-47. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_19.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_19.pdf). Acesso em: mar. 2024.

Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica - n.48. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 2º ed. Rio de Janeiro. IBGE, 2022.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (Ibge). Censo Brasileiro De 2022. Rio De Janeiro: IBGE, 2023. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE).

LINHARES, Juliana Magalhães. História Social da Infância. Sobral, 2016.

Lopes, Jader Janer Moreira. Geografia das Crianças, Geografias das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infâncias. Contexto & Educação Editora Unijuí Ano 23 nº 79 Jan./Jun. 2008 p. 65-82.

Lopes, Jader Janer Moreira. Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 22, n. 49/1, p. 283-294, maio/ago. 2013.

Lopes, Jader Janer Moreira; Costa, Bruno Muniz Figueiredo. Geografia Da Infância: Onde Encontramos As Crianças? Acta Geográfica, Boa Vista, Edição Especial 2017. pp.101-118.

Lopes, Jader Janer Moreira; Fernandes, Maria Lidia Bueno. A criança e a cidade: contribuições da Geografia da Infância. Educação revista quadrimestral. Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 202-211, maio-ago. 2018.

Ministério das Cidades. Governo Federal. Disponível em <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional>. Publicado em 21/03/2023. Atualizado em 29/03/2023. Acesso em 11 de abril de 2024.

Neto, Osvaldo Bastos. Introdução à segurança pública como segurança social: uma hermenêutica do crime/ Osvaldo Bastos Neto. — Salvador: 2006.

TURRA NETO, N. **Enterrado Vivo: identidade punk em Londrina**. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

OLIVEIRA, Flávia. Crianças e adolescentes em comunidades quilombolas. Jornalistas Amigo das Crianças. Fundação Telefônica Vivo, 02 de dezembro de 2016. Disponível em <https://www.fundacaotelefonica vivo.org.br/noticias/criancas-e-adolescentes-em-comunidades-quilombolas/#:~:text=Na%20regi%C3%A3o%20do%20semi%2D%C3%A1rido,analfabetismo%2C%20mortalidade%20e%20trabalho%20infantil>. Acesso em 17 de abril de 2024.

Plano Diretor Participativo de Delmiro Gouveia – PDPDG. Delmiro Gouveia (2006).

Plano Nacional Primeira Infância: 2010 - 2022 | 2020 - 2030 / Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); ANDI Comunicação e Direitos. - 2ª ed. (revista e atualizada). - Brasília, DF: RNPI/ANDI, 2020.

Rosemberg, F. (2014). Educação infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade. *Cadernos De Pesquisa*, 44(153), 742–759. Recuperado de <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/2768>.

UNICEF Brasil. Há 32 milhões de crianças e adolescentes na pobreza no Brasil, alerta UNICEF. Brasília, 14 fevereiro 2023. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/ha-32-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-na-pobreza-no-brasil-alerta-unicef>. Acesso em 17 de abril de 2024.

Valensuela, Keila Pinna. Direitos Humanos De Crianças E Adolescentes, Justiça E Proteção Social No Brasil. In: PEREIRA, Andréa Pires Rocha; SANTOS, José Francisco dos (Org.). Direitos Humanos, Infância e Juventude em Angola, Brasil, Moçambique e Portugal: Resistência e Desafios. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA Londrina, Paraná, Brasil - maio de 2022.